

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Thiago Almeida Domingos

Discriminação Ocupacional e Salarial no Setor de Mídia e Entretenimento

Governador Valadares
2026

Thiago Almeida Domingos

Discriminação Ocupacional e Salarial no Setor de Mídia e Entretenimento

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Sahra Ferreira Pinheiro.

Governador Valadares

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Domingos, Thiago Almeida.

Discriminação Ocupacional e Salarial no Setor de Mídia e Entretenimento / Thiago Almeida Domingos. -- 2026.
63 p.

Orientadora: Sahra Ferreira Pinheiro

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, 2026.

1. Economia Feminista. 2. Desigualdade de gênero. 3. Mercado de trabalho. 4. Mídia e entretenimento. 5. Trabalho e cuidado. I. Pinheiro, Sahra Ferreira, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO
ECO013GV MONOGRAFIA II
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 10:30 horas do dia 17 de julho de 2026, por webconferência, foi instalada a banca do exame de Trabalho de Conclusão de Curso para julgamento do trabalho desenvolvido pelo(a) discente Thiago Almeida Domingos, matriculado(a) no curso de bacharelado em Ciências Econômicas. A Profa. Sahra Ferreira Pinheiro, orientadora e presidente da banca julgadora, abriu a sessão apresentando os demais examinadores, a professora: Juliana Gonçalves Taveira.

Após a arguição e avaliação do material apresentado, relativo ao trabalho intitulado: **Discriminação Ocupacional e Salarial no Setor de Mídia e Entretenimento**, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada considerando o(a) discente:

- ☐ Aprovado (a)
☒ Aprovado (a) com correções
☐ Reprovado (a)

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada pelos presentes.

Governador Valadares, 21 de julho de 2026.

Orientador(a)

Membro da Banca I

Membro da Banca II (opcional)

Aluno (a)



Documento assinado eletronicamente por **Sahra Ferreira Pinheiro, Professor(a)**, em 21/07/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Gonçalves Taveira, Professor(a)**, em 21/07/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Almeida Domingos, Usuário Externo**, em 21/07/2026, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3098561** e o código CRC **E3522568**.

RESUMO

Esta pesquisa analisa como a literatura mobiliza mecanismos econômicos, sociais e institucionais para interpretar a produção e a reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento. Parte-se da compreensão de que, embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha aumentado nas últimas décadas, permanecem diferenças relacionadas ao acesso a cargos de liderança, à remuneração, ao reconhecimento profissional e às oportunidades de progressão na carreira. O estudo fundamenta-se na Economia Feminista e nas teorias econômicas do mercado de trabalho, mobilizando categorias analíticas como divisão sexual do trabalho, economia do cuidado, discriminação, segmentação do mercado de trabalho, poder de barganha e interseccionalidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura, fundamentada na análise de artigos científicos, livros, relatórios institucionais, indicadores nacionais e internacionais e documentos públicos relacionados aos segmentos audiovisual, musical e jornalístico. A literatura revisada indica padrões recorrentes de sub-representação feminina em posições de liderança, diferenças de remuneração, concentração ocupacional em determinadas funções e barreiras ao acesso a espaços de decisão e reconhecimento profissional. A análise desenvolvida permite compreender que essas desigualdades não podem ser interpretadas exclusivamente a partir de fatores individuais, como qualificação, produtividade ou escolhas ocupacionais, mas decorrem da interação entre mecanismos econômicos, sociais e institucionais que influenciam a organização do mercado de trabalho. Conclui-se que a compreensão das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento requer uma abordagem integrada, capaz de articular as contribuições da Economia Feminista e das teorias econômicas do mercado de trabalho para interpretar as múltiplas dimensões desse fenômeno. Ao integrar esses referenciais teóricos na interpretação da literatura especializada, a pesquisa oferece uma sistematização analítica que contribui para ampliar o debate acadêmico sobre desigualdades de gênero, mercado de trabalho e indústrias culturais, além de subsidiar futuras investigações sobre o tema.

Palavras-chave: Economia Feminista. Desigualdade de gênero. Mercado de trabalho. Mídia e entretenimento. Trabalho e cuidado.

ABSTRACT

This study analyzes how the literature mobilizes economic, social, and institutional mechanisms to interpret the production and reproduction of gender inequalities in the media and entertainment sector. It is based on the understanding that, although women's participation in the labor market has increased over recent decades, disparities remain regarding access to leadership positions, remuneration, professional recognition, and career advancement opportunities. The study is grounded in Feminist Economics and labor market theories, drawing on analytical categories such as the sexual division of labor, the care economy, discrimination, labor market segmentation, bargaining power, and intersectionality. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, bibliographic, and documentary study conducted through a narrative literature review based on the analysis of scientific articles, books, institutional reports, national and international indicators, and public documents related to the audiovisual, music, and journalism sectors. The reviewed literature indicates recurring patterns of women's underrepresentation in leadership positions, wage disparities, occupational concentration in specific functions, and barriers to accessing decision-making spaces and professional recognition. The analysis suggests that these inequalities cannot be interpreted solely through individual factors such as qualifications, productivity, or occupational choices, but rather emerge from the interaction of economic, social, and institutional mechanisms that shape labor market organization. The study concludes that understanding gender inequalities in the media and entertainment sector requires an integrated approach capable of combining the contributions of Feminist Economics and labor market theories to interpret the multiple dimensions of this phenomenon. By integrating these theoretical perspectives in the interpretation of the specialized literature, the study provides an analytical synthesis that contributes to the academic debate on gender inequalities, labor markets, and cultural industries, while also supporting future research on the subject.

Keywords: Feminist Economics. Gender inequality. Labor market. Media and entertainment. Care work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ECONOMIA FEMINISTA E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO.....	12
2.1. ECONOMIA FEMINISTA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	14
2.2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO CATEGORIA ANALÍTICA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	16
2.3. ECONOMIA DO CUIDADO E REPRODUÇÃO SOCIAL COMO DIMENSÕES DA ANÁLISE ECONÔMICA.....	18
2.4. INTERSECCIONALIDADE E MÚLTIPLAS DIMENSÕES DAS DESIGUALDADES.....	20
2.5. TEORIAS ECONÔMICAS DO MERCADO DE TRABALHO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	22
2.5.1. Teorias da discriminação.....	23
2.5.2. Segmentação do mercado de trabalho.....	25
2.5.3. Poder de barganha e negociação salarial.....	27
2.5.4. Limites das abordagens econômicas tradicionais para a compreensão das desigualdades de gênero.....	29
2.6. APLICAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO AO SETOR DE MÍDIA E ENTRETENIMENTO.....	31
3. ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SETOR DE MÍDIA E ENTRETENIMENTO.....	34
3.1. APRESENTAÇÃO DA LITERATURA REVISADA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE.....	35
3.2. DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SETOR AUDIOVISUAL.....	36
3.3. DESIGUALDADES DE GÊNERO NA INDÚSTRIA MUSICAL.....	39
3.4. DESIGUALDADES DE GÊNERO NO JORNALISMO E NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO.....	42
3.5. SÍNTESE ANALÍTICA DA LITERATURA REVISADA.....	44
4. DISCUSSÃO DAS EVIDÊNCIAS DA LITERATURA.....	48
4.1. DISCUSSÃO DAS EVIDÊNCIAS À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	49
4.2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS DA PESQUISA, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

1.INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero no mercado de trabalho permanecem presentes nas economias contemporâneas e manifestam-se por meio de diferenças de remuneração, acesso a oportunidades profissionais, ocupação de cargos de liderança e distribuição de reconhecimento e poder institucional. Organismos internacionais e estudos da Economia Feminista indicam que essas disparidades não podem ser plenamente compreendidas apenas como resultado de diferenças individuais de escolaridade, experiência ou produtividade, uma vez que também são influenciadas pela organização social do trabalho, pelas relações de poder e pela distribuição desigual das responsabilidades de cuidado (ILO, 2018; ELSON, 1999; BENERÍA, 2003).

No Brasil, os indicadores compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciam a permanência dessas desigualdades. Em 2022, o rendimento habitual médio das mulheres correspondia a aproximadamente 79,3% do rendimento recebido pelos homens. No mesmo período, elas dedicavam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, enquanto os homens dedicavam 11,7 horas. As mulheres também continuavam menos presentes em cargos de liderança e em posições de maior remuneração e prestígio, apesar de apresentarem níveis de escolaridade semelhantes ou superiores aos masculinos em diferentes grupos da população (IBGE, 2023).

Esses indicadores indicam que a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade das mulheres, embora representem transformações relevantes, não eliminaram as assimetrias existentes nas estruturas ocupacionais e organizacionais. A expansão de direitos, a maior inserção profissional e as mudanças nas formas de produção e organização do trabalho coexistem com diferenças persistentes nas condições de inserção, permanência e progressão profissional, indicando que tais desigualdades estão relacionadas a fatores que extrapolam atributos individuais e critérios estritamente econômicos.

No setor de mídia e entretenimento, essas desigualdades assumem relevância particular. Além de reunir atividades econômicas vinculadas aos segmentos audiovisual, musical e jornalístico, o setor participa da produção e da

circulação de representações, valores e discursos sociais. Conforme argumenta Gill (2007), os meios de comunicação contribuem para a construção de sentidos relacionados às masculinidades, às feminilidades e aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Dessa forma, as desigualdades presentes nessas atividades repercutem não apenas sobre as trajetórias profissionais de seus trabalhadores, mas também sobre os conteúdos e as representações produzidos e difundidos socialmente.

A escolha desse setor como objeto de investigação decorre de sua dupla dimensão econômica e simbólica. Ao mesmo tempo em que organiza relações de trabalho, distribui oportunidades e recursos e estrutura carreiras profissionais, o setor também participa da construção de valores, identidades e formas de reconhecimento social. Os segmentos audiovisual, musical e jornalístico foram selecionados por constituírem importantes atividades da economia da cultura e por apresentarem ampla produção acadêmica e institucional acerca das desigualdades de gênero, permitindo examinar como a literatura interpreta esse fenômeno em diferentes contextos pertencentes ao mesmo setor.

Estudos e relatórios nacionais e internacionais apontam que as mulheres continuam sub-representadas em posições de liderança, direção, produção e tomada de decisão nesses segmentos. Pesquisas da USC Annenberg Inclusion Initiative indicam a reduzida participação feminina em funções de direção, composição e produção musical, enquanto relatórios da UNESCO, da International Women's Media Foundation e da International Federation of Journalists identificam desigualdades no acesso a cargos estratégicos, na remuneração e no reconhecimento profissional nas indústrias culturais e nas organizações de mídia (SMITH et al., 2019; SMITH et al., 2022; IWMF, 2011; IFJ, 2018; UNESCO, 2022).

Sob a perspectiva da Economia Feminista, tais desigualdades são compreendidas a partir das relações estabelecidas entre mercado, reprodução social e poder. Elson (1999) e Benería (2003) argumentam que os mercados de trabalho constituem instituições socialmente construídas, atravessadas por normas, práticas organizacionais e processos históricos que influenciam a distribuição de oportunidades e recursos. Federici (2004) e Fraser (2013), por sua vez, destacam a importância da reprodução social e das tensões existentes entre produção econômica, cuidado e manutenção da vida.

Entre as categorias mobilizadas para compreender esses processos destacam-se a divisão sexual do trabalho, que evidencia como atividades e responsabilidades são socialmente distribuídas e hierarquizadas entre homens e mulheres (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2009; SAFFIOTI, 2013); a economia do cuidado, que permite analisar os efeitos da distribuição desigual do trabalho doméstico e reprodutivo sobre a disponibilidade de tempo e as trajetórias profissionais (FOLBRE, 2001; BENERÍA, 2003); as teorias da discriminação, da segmentação do mercado de trabalho e do poder de barganha, que contribuem para interpretar diferenças no acesso às ocupações, na mobilidade profissional, na remuneração e na capacidade de negociação (PHELPS, 1972; ARROW, 1973; DOERINGER; PIORE, 1971; MANNING, 2003); e a interseccionalidade, que amplia essa compreensão ao indicar que gênero, raça, classe e outros marcadores sociais atuam de forma articulada na produção de experiências distintas de desigualdade (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019).

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema: de que forma mecanismos econômicos, sociais e institucionais são mobilizados pela literatura para interpretar a produção e a reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como a literatura mobiliza mecanismos econômicos, sociais e institucionais para interpretar a produção e a reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento, articulando as contribuições da Economia Feminista, das teorias econômicas do mercado de trabalho e das evidências produzidas sobre os segmentos audiovisual, musical e jornalístico.

Como objetivos específicos, busca-se:

- (i) sistematizar os fundamentos teóricos mobilizados para a compreensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, com ênfase nas contribuições da Economia Feminista e das teorias econômicas do mercado de trabalho;
- (ii) examinar as evidências apresentadas pela literatura sobre as desigualdades de gênero nos segmentos audiovisual, musical e jornalístico;
- (iii) analisar de que maneira os estudos revisados relacionam a divisão sexual do trabalho, a economia do cuidado, a discriminação, a segmentação ocupacional, o poder de barganha e os fatores interseccionais às desigualdades observadas no setor;

(iv) interpretar as evidências reunidas à luz das categorias teóricas mobilizadas, buscando compreender como a literatura interpreta a atuação de mecanismos econômicos, sociais e institucionais na produção e reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento.

A pesquisa possui natureza qualitativa, exploratória e interpretativa, desenvolvendo-se por meio de uma revisão narrativa da literatura, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. Foram utilizados artigos científicos, livros, relatórios institucionais, indicadores nacionais e internacionais, pesquisas setoriais e documentos públicos relacionados ao tema. A seleção das fontes buscou contemplar produções relevantes para o objetivo da pesquisa, reconhecendo-se que, por se tratar de uma revisão narrativa, a escolha do material envolve critérios interpretativos e não segue protocolos de revisão sistemática. Os casos públicos mencionados ao longo do trabalho não são tratados como estudos de caso formais, mas como exemplos ilustrativos utilizados para aproximar as interpretações presentes na literatura de situações amplamente documentadas.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Após esta introdução, o Capítulo 2 apresenta o referencial teórico da pesquisa, discutindo as contribuições da Economia Feminista, da divisão sexual do trabalho, da economia do cuidado, da interseccionalidade e das teorias econômicas da discriminação, da segmentação e do poder de barganha. O Capítulo 3 reúne e analisa as evidências apresentadas pela literatura acerca das desigualdades de gênero nos segmentos audiovisual, musical e jornalístico. O Capítulo 4 discute essas evidências à luz do referencial teórico mobilizado, destacando convergências, limites e contribuições dos estudos revisados. Por fim, o Capítulo 5 apresenta as considerações finais, as limitações da pesquisa e sugestões para investigações futuras.

Ao articular o referencial teórico com as evidências reunidas pela literatura, esta pesquisa busca contribuir para a compreensão das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento sob a perspectiva da Economia Feminista. Pretende-se oferecer uma síntese interpretativa da produção acadêmica e institucional sobre o tema, evidenciando como diferentes mecanismos econômicos, sociais e institucionais são mobilizados para interpretar a persistência dessas desigualdades. Além disso, o estudo busca contribuir para o debate sobre mercado de trabalho, Economia Feminista e indústrias culturais ao

integrar diferentes referenciais teóricos na interpretação da literatura sobre as desigualdades de gênero nesse setor. Embora não produza evidências empíricas originais, a pesquisa propõe uma leitura articulada das contribuições da Economia Feminista, das teorias econômicas do mercado de trabalho e dos estudos sobre os segmentos audiovisual, musical e jornalístico, oferecendo uma sistematização que pode subsidiar pesquisas futuras e ampliar a compreensão das múltiplas dimensões envolvidas na produção e reprodução dessas desigualdades.

2.ECONOMIA FEMINISTA E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

A compreensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho tem sido desenvolvida por diferentes abordagens teóricas no campo da Economia e das Ciências Sociais. Essas perspectivas procuram interpretar as diferenças observadas na inserção ocupacional, na distribuição dos rendimentos, no acesso às oportunidades profissionais, na progressão das carreiras e na ocupação de posições de liderança por homens e mulheres. Entre elas encontram-se abordagens econômicas que enfatizam fatores relacionados ao capital humano, à produtividade, à experiência e às características individuais dos trabalhadores (BECKER, 1964), bem como perspectivas críticas que incorporam à análise as relações sociais, os processos históricos, as normas culturais e as estruturas institucionais que condicionam o funcionamento dos mercados de trabalho.

Nesse debate, a Economia Feminista amplia o campo da análise econômica ao questionar a separação rígida entre mercado, família e reprodução social. Conforme argumentam Elson (1999), Benería (2003) e Fraser (2013), os mercados de trabalho não constituem espaços neutros nem independentes das relações sociais, pois estão inseridos em contextos atravessados por assimetrias de poder, normas de gênero e processos históricos que influenciam a distribuição de oportunidades, recursos, responsabilidades e formas de reconhecimento. Essa perspectiva permite examinar dimensões frequentemente pouco consideradas ou insuficientemente incorporadas pelas explicações centradas exclusivamente em atributos individuais, como a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidado, a reprodução social e a organização institucional das atividades econômicas.

A partir dessas contribuições, diferentes categorias teóricas podem ser mobilizadas para interpretar como a literatura explica a produção e a reprodução das desigualdades de gênero. A divisão sexual do trabalho evidencia que a distribuição das atividades produtivas e reprodutivas entre homens e mulheres é socialmente construída e acompanhada por processos de separação e hierarquização das ocupações (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2009; SAFFIOTI, 2013). A economia do cuidado permite analisar como a distribuição desigual das

responsabilidades domésticas e de cuidado interfere na disponibilidade de tempo, na participação no trabalho remunerado e na continuidade das trajetórias profissionais (FOLBRE, 2001; BENERÍA, 2003; FEDERICI, 2004). A perspectiva da interseccionalidade, por sua vez, amplia essa análise ao demonstrar que gênero, raça, classe e outros marcadores sociais se articulam na constituição de experiências distintas de desigualdade, sem que possam ser compreendidos como fatores isolados ou simplesmente cumulativos (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019).

As teorias econômicas da discriminação, da segmentação do mercado de trabalho e do poder de barganha também oferecem instrumentos para interpretar mecanismos relacionados à contratação, à mobilidade ocupacional, à formação dos rendimentos e às condições de negociação dos trabalhadores (PHELPS, 1972; ARROW, 1973; DOERINGER; PIORE, 1971; MANNING, 2003). Embora essas abordagens contribuam para compreender dimensões específicas das desigualdades, sua utilização nesta pesquisa considera também seus limites, sobretudo quando características, escolhas e trajetórias individuais são analisadas sem suficiente atenção às relações de poder, às responsabilidades de cuidado e às estruturas sociais e institucionais nas quais as decisões econômicas são produzidas.

Este capítulo apresenta, portanto, as categorias teóricas que orientam o exame de como a literatura mobiliza mecanismos econômicos, sociais e institucionais para explicar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e, posteriormente, no setor de mídia e entretenimento. Inicialmente, são discutidos os fundamentos da Economia Feminista, a divisão sexual do trabalho, a economia do cuidado e a interseccionalidade. Em seguida, são examinadas diretamente as contribuições das teorias da discriminação, da segmentação do mercado de trabalho e do poder de barganha, bem como seus limites quando consideradas de forma isolada. A teoria do capital humano, por sua vez, é retomada de maneira crítica na seção dedicada às limitações das abordagens econômicas tradicionais. Posteriormente, discute-se a pertinência desses referenciais para a análise do setor de mídia e entretenimento. Ao final, são sistematizados os principais instrumentos teóricos utilizados para interpretar as evidências reunidas pela literatura nos capítulos seguintes.

2.1.ECONOMIA FEMINISTA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

A Economia Feminista constitui uma corrente teórica desenvolvida a partir da crítica às limitações das abordagens econômicas tradicionais para compreender as relações entre gênero, trabalho e produção econômica. Em contraposição às interpretações centradas predominantemente no mercado e nos comportamentos individuais, essa perspectiva amplia o escopo da análise econômica ao incorporar dimensões sociais, históricas e institucionais frequentemente pouco consideradas pela teoria econômica convencional. Conforme argumenta Benería (2003), a Economia Feminista não se limita a incluir as mulheres como objeto de investigação, mas também questiona pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos que historicamente orientaram a produção do conhecimento econômico.

Grande parte da teoria econômica tradicional foi estruturada em torno da figura do indivíduo racional e autônomo, tradicionalmente representado pelo conceito de *homo economicus*, concebido como uma construção analítica de um agente capaz de tomar decisões orientadas pela maximização de interesses individuais. Autoras da Economia Feminista argumentam, entretanto, que essa representação tende a desconsiderar a inserção social dos indivíduos e as relações de dependência, cuidado e reprodução que condicionam a vida econômica (WARING, 1988; BENERÍA, 2003).

Nessa perspectiva, a crítica feminista não se restringe à ampliação dos sujeitos contemplados pela análise econômica, mas alcança as próprias categorias utilizadas para compreender o funcionamento da economia. Elson (1999) argumenta que a teoria econômica convencional atribuiu centralidade ao mercado como principal espaço de produção e reconhecimento da riqueza, relegando a segundo plano atividades fundamentais para a manutenção da vida social. Como consequência, formas de trabalho desempenhadas predominantemente por mulheres, especialmente o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado relacionado à reprodução social, permaneceram historicamente invisibilizadas nas interpretações econômicas.

Essa invisibilização constitui uma das principais questões destacadas pela Economia Feminista no debate econômico. Waring (1988) demonstra que as atividades domésticas e de cuidado não remuneradas foram tradicionalmente excluídas das estatísticas econômicas e dos sistemas de contas nacionais, embora sejam indispensáveis para a reprodução da força de trabalho e para o funcionamento das economias. Tal exclusão não representa apenas uma limitação metodológica, mas também expressa processos de valorização diferenciada das atividades econômicas, que atribuem maior reconhecimento às atividades mercantis em detrimento de outras formas de trabalho socialmente necessárias.

Além disso, a Economia Feminista questiona a ideia de neutralidade frequentemente atribuída ao mercado. Segundo Elson (1999), os mercados são instituições influenciadas por relações de poder, normas culturais e processos históricos que condicionam a distribuição de oportunidades, recursos e responsabilidades. Nessa perspectiva, os fenômenos econômicos devem ser compreendidos em articulação com as estruturas sociais e institucionais que organizam a produção, o trabalho e a reprodução da vida social.

As relações entre economia e poder também ocupam posição central nessa abordagem. Hartmann (1979) analisa a articulação entre patriarcado e capitalismo e discute como essa relação contribui para a reprodução das desigualdades de gênero. Em sentido semelhante, Fraser (2013) destaca que as transformações contemporâneas do capitalismo intensificaram as tensões entre produção econômica e reprodução social, reforçando a necessidade de interpretações capazes de integrar dimensões econômicas, sociais e institucionais na análise das desigualdades.

Dessa forma, a Economia Feminista amplia a compreensão das desigualdades de gênero ao incorporar aspectos historicamente marginalizados pela teoria econômica convencional. Mais do que ampliar os temas investigados, essa perspectiva propõe uma revisão crítica das categorias utilizadas para interpretar o funcionamento da economia e oferece um referencial analítico para compreender como as relações de poder, a organização social do trabalho e a reprodução social são mobilizadas na literatura na interpretação das desigualdades observadas no mercado de trabalho. A partir desse referencial, as

seções seguintes aprofundam categorias específicas que orientam a análise desenvolvida nesta pesquisa.

2.2.DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO CATEGORIA ANALÍTICA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

A divisão sexual do trabalho constitui uma das principais categorias analíticas utilizadas para compreender as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, ocupando posição central na Economia Feminista e na Sociologia do Trabalho. Essa perspectiva parte do entendimento de que a distribuição das atividades entre homens e mulheres não decorre de supostas diferenças naturais ou biológicas, mas de processos históricos e sociais que definem funções, responsabilidades e espaços de atuação distintos para cada grupo. Nessa abordagem, a divisão sexual do trabalho não corresponde apenas a uma diferenciação de tarefas, mas a uma forma de organização das relações sociais que influencia a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2009).

Segundo Kergoat (2009), essa organização estrutura-se a partir de dois princípios fundamentais: o princípio da separação e o princípio da hierarquização. O primeiro refere-se à distribuição diferenciada das atividades entre homens e mulheres, enquanto o segundo diz respeito à atribuição desigual de valor às funções desempenhadas, conferindo maior reconhecimento econômico, social e simbólico às ocupações historicamente associadas aos homens.

Esses princípios articulam as esferas produtiva e reprodutiva, influenciando tanto a organização do trabalho remunerado quanto a distribuição das responsabilidades familiares e domésticas. Conforme argumenta Hirata (2002), a divisão sexual do trabalho organiza simultaneamente essas dimensões da vida social, condicionando oportunidades de inserção ocupacional, possibilidades de ascensão profissional e formas de participação econômica. Dessa maneira, essa categoria permite compreender que as desigualdades observadas no mercado de trabalho estão relacionadas à forma como as atividades produtivas e reprodutivas são socialmente organizadas e valorizadas.

Outro aspecto central dessa abordagem refere-se ao processo de naturalização das diferenças entre homens e mulheres. Conforme destaca Saffioti (2013), atividades relacionadas ao cuidado, ao trabalho doméstico e à reprodução social foram historicamente associadas às mulheres, enquanto funções vinculadas à liderança, à autoridade e à tomada de decisão passaram a ser predominantemente atribuídas aos homens. Esse processo de naturalização transforma diferenças social e historicamente produzidas em aparentes características naturais, contribuindo para a manutenção e a reprodução das desigualdades de gênero.

Quando compreendidas com base em supostas aptidões biológicas ou em escolhas exclusivamente individuais, essas desigualdades deixam de ser interpretadas como processos sociais e históricos. Como consequência, tornam-se menos visíveis os mecanismos que condicionam a distribuição desigual de oportunidades, reconhecimento e recursos entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2013).

A divisão sexual do trabalho evidencia, ainda, que as desigualdades não se restringem à distribuição diferenciada das atividades, mas envolvem também a atribuição desigual de valor às ocupações. Hirata (2002) e Kergoat (2009) demonstram que funções historicamente associadas às mulheres tendem a receber menor reconhecimento econômico e social, mesmo quando exigem níveis semelhantes de qualificação, responsabilidade e complexidade. Assim, a segregação ocupacional e a hierarquização das atividades constituem dimensões complementares desse processo.

Sob essa perspectiva, a divisão sexual do trabalho constitui uma categoria analítica relevante para interpretar como a literatura compreende as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Essa abordagem indica que tais desigualdades não podem ser atribuídas apenas a características individuais ou produtivas, pois também estão relacionadas à forma como as atividades econômicas e sociais são historicamente organizadas e valorizadas. Essa compreensão fornece a base para a discussão da seção seguinte, dedicada à economia do cuidado e à distribuição das atividades de reprodução social.

2.3.ECONOMIA DO CUIDADO E REPRODUÇÃO SOCIAL COMO DIMENSÕES DA ANÁLISE ECONÔMICA

A economia do cuidado representa uma das principais contribuições da Economia Feminista para a ampliação da análise econômica ao incorporar atividades historicamente pouco consideradas pelas abordagens tradicionais, especialmente aquelas relacionadas à reprodução social e à manutenção da vida cotidiana. Conforme argumentam Folbre (2001) e Benería (2003), o funcionamento da economia não depende exclusivamente das atividades realizadas no mercado, mas também do conjunto de práticas responsáveis pela reprodução da força de trabalho e pela sustentação das relações sociais.

A noção de reprodução social compreende o conjunto de atividades necessárias para assegurar a manutenção das condições de vida, o bem-estar das pessoas e a continuidade das relações sociais, permitindo a reprodução cotidiana da força de trabalho e da própria sociedade. Entre essas atividades incluem-se o cuidado de crianças, idosos e pessoas dependentes, bem como tarefas domésticas relacionadas à alimentação, à limpeza, à organização do espaço doméstico e ao suporte cotidiano. Segundo Benería (2003), embora essas atividades sejam indispensáveis para o funcionamento da economia, elas permaneceram historicamente à margem das análises econômicas convencionais por serem desenvolvidas predominantemente fora do mercado e, em grande medida, sem remuneração direta.

Folbre (2001) destaca que o cuidado constitui um elemento indispensável para a organização das sociedades, uma vez que a produção econômica depende da formação, da manutenção e da reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, é importante distinguir o trabalho doméstico, voltado à manutenção do ambiente e das condições materiais da vida cotidiana, do trabalho de cuidado, direcionado à atenção direta às pessoas, embora ambos integrem o conjunto mais amplo das atividades de reprodução social. Essas atividades, entretanto, apresentam características que dificultam seu reconhecimento pelas métricas econômicas tradicionais, por envolverem dimensões relacionais e sociais que não podem ser reduzidas exclusivamente à lógica da produção mercantil.

A literatura também evidencia que a distribuição das atividades de cuidado ocorre de maneira desigual entre homens e mulheres. Conforme discutem Benería (2003) e Federici (2004), responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico e ao cuidado foram historicamente atribuídas às mulheres, consolidando padrões sociais que associam essas atividades ao universo feminino. Essa distribuição desigual ultrapassa a esfera privada e produz efeitos sobre a inserção no mercado de trabalho, influenciando a disponibilidade de tempo, a continuidade das trajetórias profissionais e as possibilidades de progressão ocupacional.

Nessa perspectiva, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo constituem dimensões interdependentes da organização econômica. Enquanto o primeiro corresponde às atividades reconhecidas e remuneradas pelo mercado, o segundo compreende o conjunto das atividades necessárias à reprodução social, incluindo tanto atividades remuneradas quanto não remuneradas, embora estas últimas tenham ocupado posição central nas críticas desenvolvidas pela Economia Feminista em razão de sua recorrente invisibilização. Conforme argumenta Benería (2003), embora essas dimensões sejam mutuamente dependentes, apenas o trabalho produtivo foi historicamente reconhecido como gerador de valor econômico, contribuindo para a desvalorização e a invisibilização de parte significativa das atividades reprodutivas.

A crítica a essa invisibilização ocupa posição central na Economia Feminista. Federici (2004) argumenta que a exclusão histórica do trabalho doméstico das análises econômicas não constitui apenas uma limitação metodológica, mas integra a própria organização das relações econômicas e sociais. De forma complementar, Waring (1988) demonstra que essas atividades permaneceram amplamente ausentes das estatísticas econômicas, das contas nacionais e das métricas tradicionais de mensuração da produção, apesar de sua importância para o funcionamento da economia. Para Federici (2004), o desenvolvimento do capitalismo foi acompanhado pela desvalorização do trabalho reprodutivo e pela naturalização da ideia de que essas atividades corresponderiam a atribuições inerentes às mulheres, contribuindo para sua reduzida valorização econômica e social.

Como consequência dessa organização social, diferentes estudos apontam impactos relevantes sobre as trajetórias profissionais das mulheres. A

denominada dupla jornada constitui uma das manifestações mais recorrentes desse processo, caracterizando-se pela combinação entre trabalho remunerado e responsabilidades domésticas e de cuidado. Conforme discutem Folbre (2001) e Benería (2003), essa sobreposição tende a restringir a disponibilidade de tempo, dificultar a continuidade das carreiras e limitar o acesso a oportunidades de qualificação, promoção e desenvolvimento profissional.

Essas contribuições indicam que a participação no mercado de trabalho não pode ser compreendida exclusivamente a partir da produtividade, da qualificação ou das escolhas individuais. A distribuição socialmente desigual das responsabilidades de cuidado influencia as condições de inserção, permanência e mobilidade ocupacional, constituindo um dos mecanismos estruturais mobilizados pela literatura para interpretar a produção e a reprodução das desigualdades de gênero.

Ao incorporar a reprodução social como dimensão da análise econômica, a economia do cuidado amplia a compreensão das desigualdades de gênero ao evidenciar a interdependência entre processos produtivos e reprodutivos. Como categoria analítica, esse referencial oferece elementos para interpretar como a literatura relaciona a distribuição das responsabilidades de cuidado às desigualdades observadas no mercado de trabalho e, posteriormente, no setor de mídia e entretenimento. Esse referencial também contribui para compreender que tais desigualdades não atingem todas as mulheres de maneira homogênea, conduzindo à necessidade de incorporar outra categoria analítica relevante para esta pesquisa: a interseccionalidade, discutida na seção seguinte.

2.4.INTERSECCIONALIDADE E MÚLTIPLAS DIMENSÕES DAS DESIGUALDADES

A interseccionalidade constitui uma importante contribuição teórica para a compreensão das desigualdades sociais ao propor que categorias como gênero, raça e classe sejam analisadas de forma articulada. Essa perspectiva parte do entendimento de que diferentes formas de desigualdade não atuam isoladamente, mas se articulam na produção de experiências sociais específicas. Conforme argumenta Crenshaw (1989), mecanismos de discriminação e exclusão operam

simultaneamente, produzindo condições que não podem ser compreendidas pela análise isolada de cada categoria social.

O conceito foi desenvolvido inicialmente no âmbito dos estudos jurídicos e feministas críticos, a partir da constatação de que abordagens centradas exclusivamente no gênero ou exclusivamente na raça eram insuficientes para explicar determinadas experiências de discriminação. Segundo Crenshaw (1989), a articulação entre diferentes sistemas de dominação produz formas particulares de desigualdade que não correspondem à simples soma de fatores isolados, mas emergem da atuação simultânea e indissociável de múltiplas estruturas sociais.

Nessa perspectiva, a interseccionalidade rompe com interpretações que tratam as desigualdades como fenômenos homogêneos. Em vez de compreender o gênero como uma categoria autônoma, essa abordagem reconhece que as experiências sociais são continuamente atravessadas pela articulação entre diferentes marcadores, como raça, classe, território, geração e escolaridade, os quais condicionam oportunidades e formas de inserção nas diversas esferas da vida social.

No contexto brasileiro, Akotirene (2019) amplia essa discussão ao defender que a interseccionalidade deve ser compreendida não apenas como uma ferramenta descritiva, mas como uma perspectiva analítica capaz de evidenciar os processos históricos responsáveis pela produção e reprodução das desigualdades. Para a autora, gênero, raça e classe constituem categorias inseparáveis na análise das relações sociais, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades estruturais, como a brasileira.

A literatura também indica que a articulação entre gênero e raça produz experiências diferenciadas de inserção social e econômica. Mulheres negras, por exemplo, tendem a enfrentar formas específicas de desigualdade decorrentes da atuação simultânea desses marcadores, influenciando o acesso à educação, ao mercado de trabalho, à renda e às oportunidades de mobilidade social (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019).

Da mesma forma, a dimensão de classe amplia a compreensão das desigualdades ao evidenciar que diferentes condições socioeconômicas influenciam o acesso a recursos materiais, oportunidades profissionais e reconhecimento social. A articulação entre gênero, raça e classe permite compreender que as desigualdades assumem configurações distintas entre

diferentes grupos de mulheres, reforçando a necessidade de análises que considerem a multiplicidade de fatores que estruturam a vida social.

Ao incorporar essas diferentes dimensões, a perspectiva interseccional amplia as possibilidades de interpretação das desigualdades no mercado de trabalho. Em vez de pressupor uma experiência feminina homogênea, essa abordagem oferece uma categoria analítica que permite interpretar como diferentes marcadores sociais se articulam na produção de trajetórias ocupacionais, processos de exclusão, segmentação do mercado de trabalho e distribuição desigual de oportunidades.

Dessa forma, a interseccionalidade complementa as contribuições da Economia Feminista ao evidenciar que as desigualdades de gênero não se manifestam de maneira uniforme, mas assumem diferentes configurações conforme a articulação entre múltiplos marcadores sociais. Como categoria analítica, esse referencial amplia a compreensão das categorias discutidas neste capítulo e fornece elementos para interpretar a literatura à luz das teorias econômicas do mercado de trabalho, apresentadas na seção seguinte.

2.5. TEORIAS ECONÔMICAS DO MERCADO DE TRABALHO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

As discussões desenvolvidas nas seções anteriores evidenciaram que a Economia Feminista amplia a compreensão das desigualdades de gênero ao incorporar dimensões sociais, históricas e institucionais frequentemente pouco consideradas pelas teorias econômicas tradicionais. Entretanto, a literatura sobre o mercado de trabalho também reúne contribuições relevantes para a compreensão dos mecanismos associados à inserção ocupacional, à formação dos rendimentos e à distribuição de oportunidades entre trabalhadores. Nesse contexto, a análise das desigualdades de gênero pode ser enriquecida pelo diálogo entre diferentes referenciais teóricos, que enfatizam dimensões distintas desse fenômeno.

Entre essas contribuições destacam-se as teorias da discriminação, da segmentação do mercado de trabalho e do poder de barganha. Embora formuladas a partir de perspectivas distintas, essas abordagens oferecem

elementos importantes para compreender processos relacionados ao acesso às ocupações, à mobilidade profissional, à determinação dos salários e às diferenças observadas entre grupos sociais no mercado de trabalho (ARROW, 1973; PHELPS, 1972; DOERINGER; PIORE, 1971; MANNING, 2003).

Ao mesmo tempo, a literatura indica que essas abordagens enfatizam aspectos específicos do funcionamento do mercado de trabalho e, por essa razão, apresentam limitações quando consideradas isoladamente para interpretar as desigualdades de gênero. Nesse sentido, as contribuições da Economia Feminista não implicam a rejeição dessas teorias, mas possibilitam ampliar sua capacidade explicativa ao incorporar relações de poder, normas sociais e processos históricos que influenciam a organização do trabalho e a distribuição de oportunidades. Conforme discutem Elson (1999) e Benería (2003), a compreensão desses fenômenos pode ser ampliada quando fatores econômicos são analisados em conjunto com essas dimensões sociais e institucionais.

Nas seções seguintes serão apresentadas as principais contribuições das teorias da discriminação, da segmentação do mercado de trabalho e do poder de barganha para a compreensão das desigualdades observadas no mercado de trabalho, bem como as limitações apontadas pela literatura quando essas abordagens são consideradas de forma isolada. Dessa maneira, busca-se evidenciar como esses referenciais podem dialogar com a Economia Feminista na interpretação dos mecanismos associados à produção e à reprodução das desigualdades de gênero abordados nesta pesquisa.

2.5.1. Teorias da discriminação

A teoria da discriminação constitui uma das principais contribuições da economia do trabalho para a compreensão das desigualdades observadas entre diferentes grupos no mercado de trabalho. Essa abordagem busca explicar situações em que trabalhadores com níveis semelhantes de qualificação, experiência ou produtividade recebem tratamentos diferenciados em processos de contratação, remuneração ou promoção em razão de características como gênero, raça ou origem social.

Entre as formulações clássicas dessa perspectiva destacam-se os trabalhos de Phelps (1972) e Arrow (1973), que buscaram explicar como informações imperfeitas e expectativas associadas a determinados grupos podem influenciar decisões econômicas. Embora desenvolvidas a partir de pressupostos distintos, ambas as abordagens reconhecem que o funcionamento do mercado de trabalho não depende exclusivamente das características individuais dos trabalhadores, sendo também influenciado por percepções socialmente construídas.

Phelps (1972) desenvolve a teoria da discriminação estatística, segundo a qual, diante da impossibilidade de conhecer plenamente a produtividade futura de cada candidato, empregadores podem recorrer, conforme propõe o modelo, a características médias atribuídas a determinados grupos para reduzir a incerteza inerente aos processos de contratação. Como consequência, trabalhadores com qualificações semelhantes podem enfrentar oportunidades distintas em função dessas expectativas.

Arrow (1973) amplia essa discussão ao argumentar que processos discriminatórios podem persistir mesmo em mercados competitivos. Segundo o autor, preferências individuais, estereótipos e informações imperfeitas podem influenciar decisões relacionadas à contratação, à remuneração e à alocação dos trabalhadores, contribuindo para a manutenção de desigualdades que não decorrem necessariamente de diferenças efetivas de produtividade. Essas formulações representam um avanço em relação às interpretações que atribuíam as diferenças observadas exclusivamente às características individuais dos trabalhadores, ao reconhecer que fatores sociais também interferem no funcionamento do mercado de trabalho.

As contribuições de Phelps (1972) e Arrow (1973) ampliaram a compreensão dos mecanismos associados à distribuição desigual de oportunidades ao indicar que as diferenças entre grupos não podem ser interpretadas apenas a partir de atributos individuais. Ao incorporar o papel das expectativas e das percepções sociais nos processos de decisão econômica, essas teorias oferecem elementos relevantes para compreender a persistência das desigualdades no mercado de trabalho.

Entretanto, quando analisadas sob a perspectiva da Economia Feminista, essas abordagens mostram-se insuficientes para explicar, de forma isolada, determinados aspectos das desigualdades de gênero. Conforme discutem Elson

(1999) e Benería (2003), embora a teoria da discriminação reconheça a influência de fatores sociais sobre as decisões econômicas, sua formulação privilegia mecanismos associados ao comportamento dos agentes individuais, dedicando menor atenção aos processos históricos, institucionais e às relações de poder que contribuem para a formação dessas expectativas. Nessa perspectiva, a discriminação pode ser compreendida não apenas como resultado de decisões individuais, mas também como expressão de mecanismos estruturais que influenciam a organização e o funcionamento do mercado de trabalho.

Assim, a teoria da discriminação oferece contribuições importantes para compreender como práticas discriminatórias podem afetar o acesso às oportunidades, aos rendimentos e à mobilidade ocupacional. Ao mesmo tempo, sua articulação com as contribuições da Economia Feminista complementa essa interpretação ao incorporar dimensões históricas, sociais e institucionais relacionadas à produção e à reprodução das desigualdades de gênero. Essa discussão conduz à abordagem da segmentação do mercado de trabalho, apresentada na seção seguinte.

2.5.2.Segmentação do mercado de trabalho

A teoria da segmentação do mercado de trabalho constitui uma importante contribuição da economia do trabalho para a compreensão das desigualdades ocupacionais. Em oposição às abordagens que pressupõem um mercado homogêneo, no qual trabalhadores competem em condições semelhantes e são alocados principalmente de acordo com suas qualificações individuais, essa perspectiva sustenta que o mercado de trabalho é composto por diferentes segmentos, caracterizados por distintos níveis de estabilidade, remuneração, mobilidade ocupacional e oportunidades profissionais (DOERINGER; PIORE, 1971).

Segundo Doeringer e Piore (1971), o mercado de trabalho não funciona como um espaço único e integrado, mas como um conjunto de segmentos relativamente distintos entre si. Os autores propõem a existência dos chamados mercados internos de trabalho, entendidos como estruturas organizacionais que regulam processos de contratação, promoção, remuneração e mobilidade profissional.

Nessas estruturas, o acesso às ocupações depende não apenas das qualificações individuais, mas também de regras institucionais, práticas organizacionais e critérios específicos de seleção.

Essa configuração tende a produzir barreiras que dificultam a circulação dos trabalhadores entre diferentes segmentos ocupacionais. Como consequência, determinados grupos tendem a concentrar-se em ocupações marcadas por menores níveis de remuneração, estabilidade e possibilidades de progressão profissional, enquanto outros permanecem em segmentos caracterizados por melhores condições de trabalho e maiores oportunidades de ascensão (DOERINGER; PIORE, 1971).

A literatura também evidencia que esses processos de segmentação são influenciados por fatores que ultrapassam critérios estritamente econômicos. Características como gênero, raça e classe podem interferir na distribuição dos trabalhadores entre diferentes segmentos do mercado de trabalho, contribuindo para a permanência de padrões de desigualdade ocupacional.

Sob a perspectiva da Economia Feminista, essa abordagem amplia suas possibilidades de interpretação ao reconhecer que os mercados de trabalho constituem instituições socialmente construídas. Conforme argumenta Elson (1999), a distribuição dos trabalhadores entre diferentes ocupações e segmentos não decorre exclusivamente da produtividade ou das escolhas individuais, mas também de relações de poder, normas sociais e processos históricos que condicionam o acesso às oportunidades. Nessa perspectiva, a concentração de mulheres em determinadas ocupações ou setores econômicos pode ser compreendida como resultado da forma como o trabalho é socialmente organizado e valorizado.

Essa interpretação contribui para compreender que a segmentação do mercado de trabalho não se manifesta apenas pela distribuição diferenciada dos trabalhadores entre ocupações, mas também pelo acesso desigual à remuneração, às oportunidades de mobilidade profissional, às posições de liderança e aos espaços de decisão. Assim, a segmentação constitui um importante elemento para compreender as desigualdades de gênero observadas no mercado de trabalho.

Entretanto, quando considerada isoladamente, essa abordagem mostra-se insuficiente para explicar determinados aspectos relacionados à origem dessas

desigualdades. Embora contribua para identificar a existência de diferentes segmentos ocupacionais e das barreiras à mobilidade entre eles, sua formulação original privilegia aspectos relacionados à estrutura do mercado de trabalho, dedicando menor atenção aos processos históricos, sociais e institucionais responsáveis pela constituição dessas estruturas. Conforme discutem Elson (1999) e Benería (2003), a articulação dessa teoria com as contribuições da Economia Feminista amplia sua capacidade analítica ao incorporar categorias como divisão sexual do trabalho, economia do cuidado e relações de poder.

Dessa forma, a teoria da segmentação do mercado de trabalho contribui para compreender como a organização do mercado influencia a distribuição desigual de oportunidades entre diferentes grupos sociais. Em diálogo com a Economia Feminista, essa abordagem amplia essa interpretação ao considerar simultaneamente a estrutura dos mercados de trabalho e os processos sociais e institucionais que influenciam sua organização. Essa discussão conduz à análise do poder de barganha e da negociação salarial, apresentada na seção seguinte.

2.5.3. Poder de barganha e negociação salarial

A análise das desigualdades no mercado de trabalho também pode ser ampliada por abordagens que enfatizam a distribuição desigual do poder de negociação entre trabalhadores e empregadores. Em contraposição às interpretações que pressupõem mercados plenamente competitivos, nos quais os salários seriam determinados predominantemente pela produtividade individual, essa perspectiva sustenta que a formação dos rendimentos também depende das posições ocupadas pelos trabalhadores, das alternativas disponíveis de emprego e das relações de poder presentes no mercado de trabalho (MANNING, 2003).

Entre as principais contribuições dessa abordagem destaca-se o modelo de monopsonio desenvolvido por Manning (2003). Segundo o autor, a hipótese de concorrência perfeita pode ser revista ao considerar que empregadores podem exercer diferentes graus de influência sobre a determinação dos salários, sobretudo em contextos nos quais os trabalhadores enfrentam restrições de mobilidade ou dispõem de poucas alternativas de inserção ocupacional. Nessas circunstâncias, os salários tendem a refletir não apenas diferenças de

produtividade, mas também a capacidade relativa de negociação entre trabalhadores e empregadores.

Segundo Manning (2003), o poder de barganha é influenciado por fatores como disponibilidade de oportunidades de emprego, mobilidade entre empresas, estabilidade ocupacional e existência de alternativas no mercado de trabalho. Quando essas condições se distribuem de forma desigual entre diferentes grupos sociais, também tendem a ser desiguais as possibilidades de negociação relacionadas à remuneração, às condições de trabalho e à progressão profissional.

Essa abordagem oferece contribuições relevantes para a compreensão das desigualdades no mercado de trabalho ao evidenciar que diferenças na capacidade de negociação podem produzir efeitos sobre a distribuição dos rendimentos e das oportunidades ocupacionais. Na perspectiva adotada nesta pesquisa, essas contribuições podem ser articuladas à Economia Feminista para ampliar a compreensão das desigualdades de gênero, considerando que as condições de negociação também são influenciadas pela forma como o trabalho é socialmente organizado.

Conforme argumenta Elson (1999), os mercados de trabalho constituem instituições socialmente construídas, atravessadas por relações de poder que condicionam a distribuição de oportunidades e recursos. Assim, a capacidade de negociação dos trabalhadores não pode ser compreendida exclusivamente a partir de atributos individuais ou das condições conjunturais do mercado, devendo ser analisada em conjunto com normas sociais, práticas institucionais e processos históricos que estruturam as relações de trabalho.

Nessa mesma direção, Benería (2003) e Folbre (2001) destacam que a distribuição desigual das atividades de cuidado produz impactos sobre as trajetórias profissionais das mulheres, restringindo sua disponibilidade de tempo, sua mobilidade ocupacional e suas possibilidades de continuidade da carreira. Esses fatores podem influenciar, direta ou indiretamente, a capacidade de negociação salarial e o acesso a posições de maior remuneração e prestígio.

Entretanto, quando considerada isoladamente, a abordagem do poder de barganha mostra-se insuficiente para explicar determinados aspectos relacionados à origem dessas desigualdades. Embora contribua para compreender como diferentes posições ocupacionais influenciam os processos de

negociação salarial, sua formulação privilegia fatores relacionados à dinâmica da negociação e ao funcionamento do mercado de trabalho, dedicando menor atenção aos processos históricos, sociais e institucionais que condicionam a própria distribuição desse poder entre os trabalhadores. Conforme discutem Elson (1999) e Benería (2003), a articulação entre essa abordagem e a Economia Feminista amplia sua capacidade analítica ao incorporar dimensões relacionadas às relações de gênero, ao trabalho de cuidado e às estruturas sociais que influenciam a organização do mercado de trabalho.

Dessa forma, a abordagem do poder de barganha contribui para compreender como as diferenças nas condições de negociação influenciam a distribuição dos salários e das oportunidades profissionais. Em diálogo com a Economia Feminista, essa perspectiva amplia essa interpretação ao considerar simultaneamente os fatores relacionados ao funcionamento do mercado e os processos sociais e institucionais que condicionam a distribuição do poder de negociação entre trabalhadores e empregadores. Essa discussão conduz à análise das limitações das abordagens econômicas tradicionais, apresentada na seção seguinte.

2.5.4.Limites das abordagens econômicas tradicionais para a compreensão das desigualdades de gênero

As teorias econômicas do mercado de trabalho apresentadas nas seções anteriores oferecem contribuições relevantes para a compreensão da distribuição das ocupações, da formação dos salários e das desigualdades observadas entre diferentes grupos de trabalhadores. Ao enfatizarem aspectos como discriminação, segmentação ocupacional, poder de barganha e características individuais relacionadas à qualificação e à produtividade, essas abordagens ampliaram significativamente o campo de análise da economia do trabalho.

Entre essas contribuições, destacam-se também as interpretações associadas à teoria do capital humano, formulada por Becker (1964), segundo a qual diferenças de rendimento e inserção ocupacional podem ser interpretadas a partir dos investimentos realizados pelos indivíduos em educação, qualificação e experiência profissional. Essa perspectiva tornou-se uma importante referência

para os estudos sobre mercado de trabalho ao evidenciar a relação entre escolaridade, produtividade e rendimentos.

Entretanto, parte da literatura passou a questionar a capacidade dessas abordagens para explicar, de forma isolada, a persistência das desigualdades de gênero observadas em diferentes contextos. Conforme argumenta Elson (1999), os mercados de trabalho não podem ser compreendidos apenas como espaços regulados por mecanismos econômicos, mas também como instituições socialmente construídas, influenciadas por normas, relações de poder e processos históricos. Nessa perspectiva, fatores como escolaridade, qualificação, discriminação, segmentação e poder de barganha contribuem para a compreensão das desigualdades, mas não esgotam sua explicação quando analisados de forma independente.

Em direção semelhante, Benería (2003) sustenta que a análise das desigualdades de gênero requer a incorporação de elementos como a divisão sexual do trabalho, a organização social do cuidado e as relações de poder que estruturam a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Esses fatores influenciam as trajetórias profissionais, a distribuição das oportunidades e as possibilidades de mobilidade ocupacional, ampliando a compreensão dos processos que condicionam a reprodução das desigualdades.

Essa ampliação analítica torna-se particularmente relevante diante de evidências que mostram que mulheres frequentemente apresentam níveis de escolaridade semelhantes ou superiores aos dos homens, mas continuam enfrentando diferenças salariais, maior concentração em determinadas ocupações e menor presença em posições de liderança. Nessas situações, interpretações fundamentadas exclusivamente em atributos individuais ou em mecanismos específicos do funcionamento do mercado mostram-se insuficientes, quando consideradas isoladamente, para compreender a complexidade dessas desigualdades (ELSON, 1999; BENERÍA, 2003).

Outra contribuição relevante para essa discussão é apresentada por Acker (1990), que propõe o conceito de organizações generificadas. Segundo a autora, as organizações incorporam, em suas práticas e critérios de funcionamento, pressupostos historicamente associados às relações de gênero. Dessa forma, critérios aparentemente neutros — como disponibilidade integral para o trabalho, continuidade das trajetórias profissionais ou determinados modelos de liderança

— podem favorecer perfis específicos de trabalhadores e influenciar o acesso às oportunidades de ascensão profissional.

Assim, as contribuições da Economia Feminista não implicam a substituição das teorias econômicas do mercado de trabalho, mas sua ampliação analítica. As abordagens relacionadas à discriminação, à segmentação, ao poder de barganha e ao capital humano permanecem relevantes para compreender diferentes dimensões do funcionamento dos mercados de trabalho. Entretanto, quando articuladas às contribuições da Economia Feminista, permitem uma interpretação mais abrangente das desigualdades de gênero ao incorporar dimensões sociais, históricas e institucionais frequentemente pouco consideradas pelas abordagens econômicas tradicionais.

Essa articulação entre diferentes referenciais teóricos constitui o referencial analítico adotado nesta pesquisa, permitindo interpretar como a literatura especializada compreende as desigualdades de gênero a partir da interação entre fatores econômicos, relações sociais e processos históricos. Com base nesse referencial, os capítulos seguintes analisam como a literatura mobiliza essas diferentes categorias para compreender as desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento.

2.6.APLICAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO AO SETOR DE MÍDIA E ENTRETENIMENTO

As discussões desenvolvidas ao longo deste capítulo permitiram apresentar o referencial teórico que orienta a presente pesquisa e oferece as categorias analíticas utilizadas para compreender as desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento. A literatura revisada indica que esse fenômeno não pode ser interpretado por um único fator ou por uma única perspectiva teórica, mas demanda a articulação de diferentes abordagens capazes de contemplar dimensões econômicas, sociais e institucionais.

A Economia Feminista constitui o principal referencial teórico adotado nesta pesquisa ao ampliar o escopo da análise econômica para além de interpretações centradas exclusivamente no mercado, na produtividade ou nas escolhas individuais. Conforme discutido por Elson (1999), Benería (2003), Waring (1988),

Hartmann (1979) e Fraser (2013), compreender as desigualdades de gênero requer considerar elementos como as relações de poder, a organização da reprodução social e a distribuição desigual do trabalho de cuidado, reconhecendo que o funcionamento do mercado de trabalho é influenciado por processos históricos e institucionais.

Nesse referencial, a divisão sexual do trabalho constitui uma categoria central para compreender como a distribuição socialmente construída das atividades entre homens e mulheres influencia a organização das trajetórias profissionais e a atribuição desigual de valor às ocupações (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2009; SAFFIOTI, 2013). Em estreita relação com essa perspectiva, a economia do cuidado evidencia que a distribuição desigual das responsabilidades reprodutivas produz efeitos sobre a disponibilidade de tempo, a continuidade das carreiras e as oportunidades de inserção e progressão no mercado de trabalho (FOLBRE, 2001; BENERÍA, 2003; FEDERICI, 2004).

A perspectiva da interseccionalidade complementa essa interpretação ao indicar que as desigualdades de gênero não se manifestam de maneira homogênea. Conforme argumentam Crenshaw (1989) e Akotirene (2019), gênero articula-se continuamente com outros marcadores sociais, como raça e classe, produzindo experiências diferenciadas de inserção ocupacional, acesso a oportunidades e reconhecimento profissional.

As teorias econômicas do mercado de trabalho também oferecem contribuições relevantes para a compreensão dessas desigualdades. As abordagens da discriminação (PHELPS, 1972; ARROW, 1973), da segmentação do mercado de trabalho (DOERINGER; PIORE, 1971) e do poder de barganha (MANNING, 2003) permitem compreender diferentes aspectos relacionados à distribuição das oportunidades, da remuneração e da mobilidade ocupacional. Conforme discutido nas seções anteriores, essas abordagens podem ampliar seu potencial interpretativo quando analisadas em diálogo com a Economia Feminista, ao incorporar dimensões sociais, históricas e institucionais que influenciam a organização do mercado de trabalho.

Desse modo, esta pesquisa compreende que categorias como divisão sexual do trabalho, economia do cuidado, interseccionalidade, discriminação, segmentação do mercado de trabalho e poder de barganha não constituem explicações concorrentes para as desigualdades de gênero, mas categorias

analíticas complementares que permitem interpretar diferentes dimensões desse fenômeno. A articulação entre esses referenciais possibilita examinar como a literatura especializada interpreta a produção e a reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento, considerando a interação entre fatores econômicos, sociais e institucionais.

A partir desse referencial, os capítulos seguintes analisam a literatura selecionada à luz dessas categorias analíticas, buscando compreender como os estudos revisados mobilizam diferentes interpretações para compreender as desigualdades de gênero nos segmentos do audiovisual, da música e do jornalismo. Dessa forma, o referencial teórico desenvolvido neste capítulo estabelece a base conceitual que orienta a leitura e a interpretação da literatura revisada, assegurando coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a estratégia metodológica adotada.

3. ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SETOR DE MÍDIA E ENTRETENIMENTO

O referencial teórico desenvolvido no capítulo anterior apresentou as principais abordagens utilizadas para compreender as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, destacando que esse fenômeno pode ser interpretado a partir da interação entre fatores econômicos, sociais e institucionais que influenciam a distribuição das oportunidades, o acesso às posições de poder e as trajetórias profissionais de homens e mulheres. A partir dessa perspectiva, este capítulo dedica-se à análise da literatura sobre o setor de mídia e entretenimento, buscando compreender como essas diferentes categorias analíticas têm sido mobilizadas para interpretar as desigualdades de gênero nesse contexto.

O setor foi selecionado por reunir atividades que, além de sua relevância econômica, exercem papel significativo na produção e circulação de bens simbólicos e culturais. As relações de trabalho estabelecidas nesse contexto influenciam não apenas as oportunidades profissionais de seus trabalhadores, mas também a forma como papéis sociais, representações de gênero e relações de poder são construídos e difundidos na sociedade. Nesse sentido, a análise da literatura sobre esse setor permite compreender como as desigualdades de gênero têm sido discutidas em diferentes segmentos das indústrias culturais.

A análise concentra-se nos segmentos audiovisual, musical e jornalístico, buscando identificar, na literatura revisada, padrões recorrentes relacionados à participação das mulheres, ao acesso a cargos de liderança, às diferenças de remuneração e às oportunidades de desenvolvimento profissional. Em vez de examinar casos isolados, o capítulo procura interpretar como os estudos analisados relacionam essas manifestações às categorias discutidas no referencial teórico, contribuindo para a compreensão da persistência das desigualdades de gênero observadas nesses segmentos.

Para isso, o capítulo está organizado em seções dedicadas à análise da literatura referente a cada segmento investigado, culminando em uma síntese dos principais aspectos identificados. Ao articular o referencial teórico desenvolvido no capítulo anterior com a literatura revisada, busca-se compreender de que forma diferentes estudos explicam a produção e a reprodução das desigualdades de

gênero no setor de mídia e entretenimento, assegurando coerência entre o referencial teórico, a estratégia metodológica adotada e os objetivos da pesquisa.

3.1. APRESENTAÇÃO DA LITERATURA REVISADA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A análise desenvolvida neste capítulo baseia-se na literatura selecionada para esta pesquisa, reunindo estudos acadêmicos, relatórios institucionais, indicadores estatísticos, pesquisas setoriais e casos públicos discutidos na produção científica sobre o setor de mídia e entretenimento. A utilização de diferentes tipos de fontes busca ampliar a compreensão das desigualdades de gênero, permitindo identificar padrões recorrentes descritos na literatura em distintos contextos e segmentos das indústrias culturais.

Entre as principais fontes mobilizadas destacam-se os relatórios publicados por organismos internacionais, como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), a International Labour Organization (ILO), a International Women's Media Foundation (IWMF) e a International Federation of Journalists (IFJ), além de pesquisas desenvolvidas por universidades e centros especializados nos estudos sobre mercado de trabalho, comunicação e indústrias culturais. No contexto brasileiro, foram utilizados indicadores produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que permitem contextualizar as discussões internacionais e aproximá-las da realidade nacional.

Além dessas fontes, a pesquisa considera casos públicos envolvendo profissionais dos segmentos audiovisual, musical e jornalístico, desde que abordados pela literatura consultada. Esses episódios não são tratados como estudos de caso formais nem como evidências isoladas, mas como exemplos frequentemente utilizados para ilustrar processos discutidos na produção científica. Sua incorporação contribui para contextualizar como as desigualdades de gênero têm sido interpretadas na literatura especializada, complementando as informações apresentadas por pesquisas e indicadores institucionais.

A interpretação da literatura revisada será orientada pelas categorias analíticas desenvolvidas no Capítulo 2. Assim, conceitos como divisão sexual do trabalho, economia do cuidado, discriminação, segmentação do mercado de

trabalho, poder de barganha e interseccionalidade constituem os principais referenciais utilizados para compreender como diferentes fatores econômicos, sociais e institucionais influenciam as oportunidades de inserção profissional, o acesso aos espaços de liderança, a remuneração e o reconhecimento das mulheres no setor de mídia e entretenimento.

Desse modo, a análise proposta não se limita à descrição de indicadores ou de episódios específicos apresentados na literatura. O objetivo consiste em interpretar como os estudos revisados explicam as desigualdades de gênero à luz do referencial teórico adotado, buscando identificar relações entre os padrões descritos nos diferentes segmentos das indústrias culturais e as categorias analíticas discutidas ao longo desta pesquisa. Essa articulação entre referencial teórico e literatura revisada orientará a análise apresentada nas seções seguintes, dedicadas aos segmentos audiovisual, musical e jornalístico.

3.2.DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SETOR AUDIOVISUAL

O setor audiovisual ocupa posição estratégica nas indústrias culturais por reunir expressiva relevância econômica e forte capacidade de influenciar representações sociais sobre gênero, trabalho e poder. Apesar do crescimento da participação feminina nas últimas décadas, diferentes estudos indicam que essa ampliação não foi acompanhada por uma distribuição equivalente das mulheres nos espaços de decisão, de maior remuneração e de reconhecimento profissional. Como consequência, a literatura aponta para a persistência de desigualdades relacionadas ao acesso a cargos de liderança, à remuneração e à participação nos processos decisórios que estruturam a produção audiovisual.

Relatórios publicados pela UNESCO (2022) indicam que as mulheres continuam sub-representadas em funções de liderança nas indústrias culturais e criativas, especialmente em atividades relacionadas à direção, à produção executiva e à tomada de decisão. Em sentido semelhante, estudos do European Audiovisual Observatory apontam que, embora a participação feminina tenha aumentado em diferentes ocupações do setor, a presença das mulheres permanece significativamente menor em produções de maior orçamento e nas posições de maior influência sobre as decisões criativas e gerenciais. Essas

evidências sugerem que o aumento da participação feminina não foi suficiente para eliminar as barreiras relacionadas ao acesso aos espaços de poder.

Evidências semelhantes são apresentadas por Martha M. Lauzen em *The Celluloid Ceiling*, estudo que acompanha anualmente a participação das mulheres nas principais produções cinematográficas norte-americanas. A autora observa que as mulheres permanecem sub-representadas em funções como direção, roteiro, fotografia e produção executiva, enquanto apresentam participação relativamente maior em áreas tradicionalmente associadas ao suporte da produção. Essas evidências reforçam a interpretação de que a distribuição das funções no setor continua marcada por processos de segregação ocupacional que não podem ser explicados apenas por diferenças de qualificação ou experiência profissional (LAUZEN, 2024).

Essas evidências podem ser interpretadas à luz da categoria da divisão sexual do trabalho discutida no Capítulo 2. Conforme argumentam Hirata (2002), Kergoat (2009) e Saffioti (2013), a distribuição das atividades entre homens e mulheres resulta de processos históricos que também atribuem diferentes níveis de prestígio e reconhecimento às ocupações. No setor audiovisual, essa dinâmica é observada na maior concentração masculina em posições de direção e comando, enquanto as mulheres permanecem relativamente mais presentes em funções com menor poder decisório.

As desigualdades identificadas na literatura também se expressam nas relações de remuneração e reconhecimento profissional. Um dos exemplos públicos mais conhecidos envolve a atriz Ellen Pompeo, protagonista da série *Grey's Anatomy*. Em entrevistas concedidas após a renegociação de seu contrato, Pompeo afirmou que recebeu, durante anos, remuneração inferior à de colegas homens, apesar de ocupar papel central na produção. Frequentemente citado na literatura e em reportagens sobre desigualdade salarial na indústria audiovisual, esse episódio ilustra discussões relacionadas ao reconhecimento institucional e ao poder de negociação existente no setor.

Discussão semelhante ganhou repercussão quando Jennifer Lawrence tornou públicas reflexões sobre desigualdade salarial em Hollywood. A atriz relatou que mulheres frequentemente enfrentam maior resistência ao negociar remuneração, em razão de expectativas sociais que associam firmeza e assertividade a comportamentos considerados inadequados para mulheres. Embora se refiram a

experiências individuais, esses relatos são frequentemente mobilizados na literatura para ilustrar mecanismos associados às desigualdades de gênero discutidos por diferentes estudos sobre o mercado de trabalho.

Esses exemplos dialogam com as teorias econômicas da discriminação e do poder de barganha apresentadas no Capítulo 2. Conforme Phelps (1972) e Arrow (1973), decisões relacionadas à contratação e à remuneração podem ser influenciadas por expectativas socialmente construídas sobre determinados grupos. De forma complementar, Manning (2003) demonstra que diferenças nas condições de negociação também podem influenciar os resultados obtidos pelos trabalhadores. Sob a perspectiva da Economia Feminista, essas diferenças são interpretadas em articulação com relações de poder e processos sociais e institucionais que influenciam o funcionamento do mercado de trabalho (ELSON, 1999; BENERÍA, 2003).

Outro exemplo público amplamente discutido na literatura ocorreu durante a cerimônia do Oscar de 2015, quando Patricia Arquette defendeu publicamente a igualdade salarial entre homens e mulheres na indústria cinematográfica. Posteriormente, o movimento MeToo ampliou a visibilidade internacional das discussões sobre assédio, abuso de poder e concentração das decisões em estruturas predominantemente masculinas. Embora tenham origem em contextos distintos, esses acontecimentos passaram a integrar o debate acadêmico sobre desigualdades de gênero ao evidenciar aspectos relacionados ao acesso ao poder, ao reconhecimento profissional e às condições de permanência das mulheres na carreira.

Em conjunto, a literatura revisada indica que as desigualdades observadas no setor audiovisual não podem ser compreendidas apenas como consequência de diferenças individuais de produtividade ou qualificação. Os estudos analisados sugerem que fatores econômicos, sociais e institucionais influenciam a distribuição das oportunidades, a ocupação de posições de liderança, a remuneração e o reconhecimento profissional das mulheres. Essa interpretação é coerente com o referencial teórico adotado nesta pesquisa, que compreende as desigualdades de gênero como fenômenos relacionados à interação entre diferentes dimensões que estruturam o mercado de trabalho.

Os padrões identificados na literatura sobre o setor audiovisual também são observados em outros segmentos das indústrias culturais, ainda que assumam

características específicas. Na indústria musical, por exemplo, estudos apontam a persistência de desigualdades relacionadas ao reconhecimento profissional, ao acesso aos espaços de decisão e às possibilidades de negociação, aspectos que serão discutidos na seção seguinte.

3.3.DESIGUALDADES DE GÊNERO NA INDÚSTRIA MUSICAL

A indústria musical constitui um importante espaço para a análise das desigualdades de gênero por reunir atividades criativas, processos de produção cultural e relações de trabalho marcadas pela concentração de poder e pelo elevado grau de influência das redes profissionais. Embora a participação feminina tenha aumentado em diferentes áreas do setor nas últimas décadas, estudos recentes indicam que as mulheres continuam sub-representadas nas funções de maior prestígio, influência criativa e capacidade decisória, sugerindo que o crescimento de sua participação não foi acompanhado por mudanças equivalentes na estrutura organizacional da indústria.

Estudos desenvolvidos pela USC Annenberg Inclusion Initiative apontam para a persistência dessas desigualdades. Ao analisar as músicas de maior circulação comercial entre 2012 e 2021, Smith et al. (2022) identificaram que a participação feminina permanece reduzida, especialmente nas funções de composição e produção musical. Embora o número de mulheres intérpretes tenha apresentado crescimento ao longo do período analisado, sua presença continua significativamente menor nas atividades relacionadas ao controle criativo e às decisões sobre a produção musical, indicando que as oportunidades permanecem distribuídas de forma desigual.

Essas evidências sugerem que a inserção das mulheres na indústria musical ocorre de maneira diferenciada conforme a posição ocupada na cadeia produtiva. Enquanto a presença feminina cresce em funções de maior visibilidade pública, a ocupação de espaços relacionados à produção, à direção artística e às decisões estratégicas permanece predominantemente masculina. Esse padrão dialoga com a discussão apresentada por Hirata (2002), Kergoat (2009) e Saffioti (2013) acerca da divisão sexual do trabalho, segundo a qual homens e mulheres tendem a ser distribuídos em ocupações socialmente diferenciadas e hierarquizadas,

produzindo impactos sobre reconhecimento, remuneração e oportunidades profissionais.

As desigualdades também se expressam nos processos de reconhecimento institucional. Debates recorrentes envolvendo o Grammy Awards evidenciaram a reduzida participação feminina em categorias técnicas e criativas, especialmente aquelas relacionadas à produção e à composição musical. Embora artistas mulheres tenham conquistado maior visibilidade em categorias de interpretação, estudos e discussões promovidos pela própria indústria indicam que sua representação permanece limitada nos espaços associados ao controle da produção e às decisões criativas. Essas evidências reforçam a interpretação de que o reconhecimento profissional continua condicionado por estruturas institucionais que reproduzem padrões históricos de desigualdade.

Outro aspecto relevante refere-se às relações de poder presentes na organização da indústria fonográfica. Um dos exemplos públicos mais conhecidos envolve a cantora Kesha e seu ex-produtor, Dr. Luke, que ganhou repercussão internacional ao evidenciar discussões sobre assimetrias contratuais, dependência profissional e concentração de poder nas relações entre artistas e produtores. Independentemente dos aspectos jurídicos específicos do processo, esse episódio passou a integrar o debate acadêmico e profissional sobre as condições de autonomia dos artistas e sobre a influência das relações institucionais na condução das trajetórias profissionais.

Discussão semelhante ocorreu a partir dos conflitos envolvendo Taylor Swift e os direitos sobre seu catálogo musical. A disputa tornou pública a importância do controle sobre ativos intelectuais, contratos e decisões empresariais na indústria da música, evidenciando que a autonomia profissional dos artistas depende não apenas de reconhecimento público, mas também das relações econômicas e institucionais estabelecidas ao longo de suas carreiras. Embora o episódio não represente exclusivamente uma questão de gênero, ele é frequentemente mobilizado na literatura para discutir como estruturas de poder e negociação influenciam o controle sobre a produção artística e as possibilidades de atuação profissional.

Esses exemplos dialogam com as teorias da segmentação do mercado de trabalho e do poder de barganha apresentadas no Capítulo 2. Conforme Doeringer e Piore (1971), os mercados de trabalho são organizados em

segmentos que oferecem oportunidades diferenciadas de mobilidade, remuneração e reconhecimento. Na indústria musical, observa-se que as mulheres permanecem menos representadas justamente nos segmentos associados ao maior controle sobre os processos criativos e produtivos. De forma complementar, Manning (2003) demonstra que a capacidade de negociação depende da posição ocupada pelos trabalhadores e das alternativas disponíveis no mercado. Em um setor caracterizado pela concentração de contratos, redes profissionais e poder econômico, diferenças nas condições de negociação tendem a produzir efeitos significativos sobre remuneração, autonomia e desenvolvimento das carreiras.

A teoria da discriminação também contribui para compreender esses padrões. Conforme Phelps (1972) e Arrow (1973), expectativas sociais e estereótipos podem influenciar decisões relacionadas à contratação, à promoção e ao reconhecimento profissional. Na indústria musical, a associação histórica entre liderança técnica, produção musical e autoridade criativa a perfis predominantemente masculinos pode limitar o acesso das mulheres a funções estratégicas, mesmo quando não existem diferenças objetivas de qualificação ou experiência.

Em conjunto, a literatura revisada indica que as desigualdades observadas na indústria musical não podem ser compreendidas apenas como consequência de escolhas individuais ou diferenças de produtividade. Os estudos analisados sugerem que fatores econômicos, sociais e institucionais influenciam a distribuição das oportunidades, o acesso às posições de decisão, a capacidade de negociação e o reconhecimento profissional das mulheres. Essa interpretação é coerente com o referencial teórico adotado nesta pesquisa, que compreende as desigualdades de gênero como fenômenos relacionados à interação entre diferentes dimensões que estruturam o mercado de trabalho.

As dinâmicas identificadas na literatura sobre a indústria musical também encontram paralelos em outros segmentos das indústrias culturais. No jornalismo, por exemplo, pesquisas recentes apontam a permanência de desigualdades relacionadas à ocupação de cargos de liderança, às diferenças de remuneração e à representação das mulheres nos espaços de decisão, aspectos que serão discutidos na seção seguinte.

3.4.DESIGUALDADES DE GÊNERO NO JORNALISMO E NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

O jornalismo e a produção de conteúdo ocupam posição estratégica nas indústrias culturais por desempenharem papel central na produção e circulação de informações, na formação da opinião pública e na construção de representações sociais. Apesar do aumento da participação feminina nas organizações de mídia observado nas últimas décadas, pesquisas nacionais e internacionais indicam que as mulheres continuam enfrentando dificuldades para alcançar cargos de liderança, acessar editorias de maior prestígio e obter reconhecimento profissional em condições equivalentes às dos homens.

Relatório da International Women's Media Foundation (IWMF, 2011) indica que, embora as mulheres representem parcela significativa da força de trabalho nas empresas jornalísticas, sua presença permanece reduzida nos níveis mais elevados da estrutura organizacional, especialmente em cargos editoriais e posições de direção. Em sentido semelhante, estudos da International Federation of Journalists (IFJ, 2018) identificam que diferenças de remuneração, oportunidades de promoção e acesso às funções de maior responsabilidade continuam presentes em organizações de mídia de diferentes países, sugerindo que o crescimento da participação feminina não foi acompanhado por uma distribuição equivalente do poder institucional.

Além da desigualdade no acesso às posições de liderança, pesquisas apontam diferenças na distribuição das atividades desempenhadas pelas mulheres nas redações. North (2016) observa que jornalistas mulheres permanecem mais concentradas em editoriais relacionadas à cultura, comportamento, educação e temas sociais, enquanto homens predominam em áreas como política, economia e cobertura internacional, tradicionalmente associadas a maior prestígio profissional e maior visibilidade dentro das organizações. Essa distribuição sugere que as oportunidades não são organizadas apenas por critérios técnicos, mas também por processos institucionais que influenciam a construção das trajetórias profissionais.

Essas evidências podem ser interpretadas à luz da divisão sexual do trabalho discutida no Capítulo 2. Conforme argumentam Hirata (2002), Kergoat (2009) e

Saffioti (2013), homens e mulheres tendem a ser direcionados para funções socialmente diferenciadas, às quais também são atribuídos distintos níveis de reconhecimento econômico e simbólico. No jornalismo, essa dinâmica contribui para compreender por que determinadas editorias e funções de comando permanecem predominantemente masculinas, enquanto outras áreas concentram maior participação feminina.

As desigualdades também são discutidas na literatura a partir de exemplos públicos amplamente divulgados no setor. Um dos episódios de maior repercussão ocorreu na BBC, após a divulgação obrigatória dos salários de seus principais profissionais. A publicação revelou diferenças significativas de remuneração entre homens e mulheres que exerciam funções semelhantes, desencadeando debates sobre critérios de valorização profissional, transparência salarial e igualdade de oportunidades dentro da organização. Frequentemente mencionado em estudos e discussões sobre desigualdade de gênero na mídia, esse episódio contribuiu para ampliar o debate sobre a importância da transparência como instrumento para identificar e enfrentar desigualdades estruturais nas empresas de comunicação.

A interpretação desse episódio ultrapassa a discussão sobre diferenças salariais. Conforme propõem Arrow (1973) e Phelps (1972), mecanismos de discriminação podem influenciar decisões relacionadas à remuneração, à promoção e ao reconhecimento profissional mesmo quando não existem diferenças objetivas de qualificação. Sob a perspectiva da Economia Feminista, tais desigualdades também são interpretadas como expressão de relações de poder incorporadas às práticas institucionais das organizações, influenciando os critérios pelos quais competências e desempenhos são reconhecidos (ELSON, 1999; BENERÍA, 2003).

A teoria da segmentação do mercado de trabalho também contribui para interpretar esses padrões. Conforme Doeringer e Piore (1971), trabalhadores tendem a ser distribuídos em segmentos caracterizados por diferentes possibilidades de mobilidade, remuneração e prestígio. No setor jornalístico, essa segmentação pode ser observada tanto na concentração das mulheres em determinadas editorias quanto na menor presença feminina nos espaços de decisão e gestão editorial, limitando oportunidades de ascensão profissional.

A perspectiva da interseccionalidade amplia essa interpretação ao evidenciar que as desigualdades de gênero não afetam todas as mulheres da mesma forma. Conforme discutem Crenshaw (1989) e Akotirene (2019), gênero articula-se continuamente com outros marcadores sociais, como raça e classe, produzindo experiências distintas de inserção e permanência no mercado de trabalho. No jornalismo, essa perspectiva contribui para compreender que barreiras relacionadas à liderança, à remuneração e ao reconhecimento profissional podem assumir intensidades diferentes conforme a posição social ocupada pelas profissionais.

Em conjunto, a literatura revisada indica que as desigualdades observadas no jornalismo e na produção de conteúdo não podem ser compreendidas apenas como consequência de diferenças individuais de qualificação ou experiência profissional. Os estudos analisados sugerem que fatores econômicos, sociais e institucionais influenciam a distribuição das oportunidades, o acesso aos espaços de decisão, a remuneração e o reconhecimento profissional das mulheres. Essa interpretação é coerente com o referencial teórico adotado nesta pesquisa, que compreende as desigualdades de gênero como fenômenos relacionados à interação entre diferentes dimensões que estruturam o mercado de trabalho.

Os estudos analisados ao longo deste capítulo evidenciam padrões recorrentes relacionados à concentração do poder, à segmentação ocupacional, às desigualdades de reconhecimento e às barreiras à progressão profissional das mulheres em diferentes segmentos das indústrias culturais. A identificação dessas convergências fornece subsídios para a síntese analítica apresentada na seção seguinte.

3.5.SÍNTESE ANALÍTICA DA LITERATURA REVISADA

A literatura revisada ao longo deste capítulo permite identificar que as desigualdades de gênero observadas no setor de mídia e entretenimento não constituem fenômenos isolados ou específicos de determinados segmentos das indústrias culturais. Nos estudos examinados sobre o audiovisual, a indústria musical e o jornalismo foram identificados padrões recorrentes relacionados à distribuição das oportunidades, ao acesso a posições de liderança, à

remuneração e ao reconhecimento profissional das mulheres, indicando a atuação de fatores econômicos, sociais e institucionais que contribuem para a manutenção dessas desigualdades.

Essa recorrência também pode ser observada em diferentes contextos nacionais. Relatórios produzidos por organismos internacionais, como a UNESCO, a International Labour Organization (ILO), a International Women's Media Foundation (IWMF) e a International Federation of Journalists (IFJ), bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam para a persistência de desigualdades relacionadas à ocupação de cargos de liderança, às diferenças salariais e à distribuição desigual das responsabilidades de cuidado em diferentes países e organizações (UNESCO, 2022; ILO, 2018; IBGE, 2023; IPEA, 2022). Embora essas desigualdades assumam intensidades distintas conforme o contexto analisado, a literatura indica que sua recorrência ultrapassa especificidades locais, permitindo interpretá-las como parte de processos estruturais presentes no funcionamento do mercado de trabalho.

A análise da literatura sobre os três segmentos também sugere que o aumento da participação feminina nas indústrias culturais não foi acompanhado, necessariamente, por uma redistribuição equivalente do poder organizacional. Nos diferentes setores examinados, as mulheres continuam sub-representadas em funções relacionadas à direção, à produção executiva, às posições editoriais e aos espaços de tomada de decisão, ao mesmo tempo em que permanecem mais presentes em atividades historicamente menos valorizadas. Essas evidências indicam que a ampliação do acesso ao mercado de trabalho não elimina, por si só, as desigualdades relacionadas à progressão profissional, ao reconhecimento institucional e à ocupação de cargos estratégicos.

A literatura revisada também evidencia que essas desigualdades não se restringem à distribuição dos postos de trabalho. Exemplos públicos amplamente discutidos em estudos e debates sobre as indústrias culturais, como as negociações salariais envolvendo Ellen Pompeo e Jennifer Lawrence, os conflitos contratuais de Taylor Swift e Kesha e os debates sobre transparência salarial na BBC, ilustram questões relacionadas à remuneração, ao reconhecimento profissional e à autonomia na condução da carreira. Quando considerados em conjunto com os estudos institucionais, esses exemplos contribuem para

compreender processos recorrentes discutidos pela literatura especializada sobre as relações de trabalho nas indústrias culturais.

À luz do referencial teórico desenvolvido no Capítulo 2, esses padrões podem ser interpretados a partir da atuação articulada de diferentes categorias analíticas. A divisão sexual do trabalho contribui para compreender a distribuição desigual de homens e mulheres entre ocupações e posições hierárquicas, enquanto a economia do cuidado evidencia que responsabilidades reprodutivas continuam produzindo efeitos sobre a disponibilidade de tempo, a continuidade das carreiras e as possibilidades de ascensão profissional (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2009; SAFFIOTI, 2013; FOLBRE, 2001; BENERÍA, 2003). De forma complementar, as teorias da discriminação e da segmentação do mercado de trabalho permitem interpretar como expectativas sociais, práticas organizacionais e barreiras institucionais influenciam o acesso às oportunidades e contribuem para a permanência de diferenças ocupacionais e salariais (ARROW, 1973; PHELPS, 1972; DOERINGER; PIORE, 1971). Por sua vez, a abordagem do poder de barganha oferece elementos para compreender como essas condições repercutem na capacidade de negociação relacionada à remuneração, ao reconhecimento e às oportunidades profissionais (MANNING, 2003).

A perspectiva da interseccionalidade amplia essa interpretação ao evidenciar que os efeitos dessas desigualdades não são homogêneos entre todas as mulheres. Conforme discutem Crenshaw (1989) e Akotirene (2019), gênero articula-se continuamente com outros marcadores sociais, como raça e classe, produzindo experiências distintas de inserção e permanência no mercado de trabalho. Os dados apresentados pelo IBGE e pelo IPEA reforçam essa compreensão ao indicar que desigualdades de gênero frequentemente se combinam a desigualdades raciais e socioeconômicas, ampliando situações de vulnerabilidade e restringindo o acesso a oportunidades profissionais.

Em conjunto, a literatura revisada sugere que as desigualdades de gênero observadas no setor de mídia e entretenimento são interpretadas pelos estudos analisados como fenômenos relacionados à interação entre fatores econômicos, sociais e institucionais que atuam de forma contínua e interdependente. Não se trata, portanto, de mecanismos isolados ou de relações lineares de causa e efeito, mas de processos que se reforçam mutuamente ao longo das trajetórias profissionais. A divisão sexual do trabalho influencia a distribuição das

responsabilidades de cuidado; essas responsabilidades condicionam oportunidades de inserção e permanência no mercado; mecanismos de discriminação e segmentação restringem o acesso a posições estratégicas; e tais condições repercutem sobre o poder de barganha, a remuneração e o reconhecimento profissional.

Dessa forma, a análise desenvolvida ao longo deste capítulo reforça a interpretação de que as desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento não podem ser compreendidas exclusivamente a partir de diferenças individuais de qualificação, produtividade ou escolhas ocupacionais. A literatura examinada indica que fatores econômicos, sociais e institucionais contribuem para organizar de forma desigual o acesso às oportunidades, aos recursos e aos espaços de poder nas indústrias culturais. As evidências discutidas ao longo deste capítulo fornecem elementos para a síntese desenvolvida nas Considerações Finais, nas quais serão retomadas as principais interpretações da pesquisa e discutidas suas implicações para a compreensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

4.DISCUSSÃO DAS EVIDÊNCIAS DA LITERATURA

A análise da literatura desenvolvida no capítulo anterior permitiu identificar padrões recorrentes de desigualdade de gênero nos segmentos audiovisual, musical e jornalístico do setor de mídia e entretenimento. Os estudos revisados indicam que, apesar da ampliação da participação feminina nessas atividades nas últimas décadas, permanecem disparidades relacionadas ao acesso a cargos de liderança, à distribuição de oportunidades, ao reconhecimento profissional e à remuneração. A recorrência desses padrões em diferentes contextos institucionais e nacionais sugere que tais desigualdades não podem ser compreendidas como situações isoladas ou decorrentes exclusivamente de características individuais das trabalhadoras.

A partir dessas evidências, este capítulo tem como objetivo discutir a literatura analisada à luz do referencial teórico desenvolvido anteriormente, buscando compreender de que forma os mecanismos econômicos, sociais e institucionais identificados nos estudos revisados se articulam para explicar a produção e a reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento. Mais do que retomar as evidências apresentadas, pretende-se interpretar seu significado analítico, estabelecendo conexões entre a literatura examinada, as contribuições da Economia Feminista e as teorias econômicas do mercado de trabalho mobilizadas ao longo da pesquisa.

Nessa perspectiva, a discussão parte do entendimento de que as desigualdades identificadas pela literatura decorrem da interação entre diferentes mecanismos estruturais. As categorias analíticas desenvolvidas no Capítulo 2 — divisão sexual do trabalho, economia do cuidado, discriminação, segmentação do mercado de trabalho, poder de barganha e interseccionalidade — oferecem elementos para compreender como normas sociais, práticas institucionais e relações de poder influenciam a distribuição das oportunidades e a construção das trajetórias profissionais no setor analisado.

A articulação entre o referencial teórico e a literatura revisada permite examinar como os estudos analisados mobilizam diferentes explicações para a persistência das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento, evidenciando que tais desigualdades são interpretadas, pela literatura

especializada, como resultado da interação entre fatores econômicos, sociais e institucionais, e não apenas de diferenças individuais de qualificação, produtividade ou preferências ocupacionais. Dessa forma, a discussão busca compreender em que medida as evidências reunidas convergem para essa interpretação e como contribuem para ampliar a compreensão dos limites das explicações fundamentadas exclusivamente em atributos individuais.

Este capítulo está organizado em duas seções. A primeira interpreta as evidências reunidas pela revisão narrativa à luz do referencial teórico desenvolvido no Capítulo 2, articulando os padrões identificados nos diferentes segmentos às categorias analíticas discutidas anteriormente. A segunda apresenta as principais contribuições teóricas e analíticas da pesquisa para a compreensão das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento, incorporando também as limitações do estudo e as possibilidades para pesquisas futuras.

Ao promover essa articulação entre teoria e literatura, este capítulo busca consolidar a principal contribuição analítica da pesquisa ao oferecer uma interpretação integrada das evidências revisadas, evidenciando como diferentes mecanismos estruturais se relacionam e se reforçam mutuamente na explicação das desigualdades de gênero observadas no setor de mídia e entretenimento.

4.1.DISSCUSSÃO DAS EVIDÊNCIAS À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura analisada no capítulo anterior indica a recorrência de desigualdades de gênero nos segmentos audiovisual, musical e jornalístico, especialmente no acesso às posições de liderança, na distribuição das oportunidades profissionais, na remuneração e no reconhecimento institucional. A identificação de padrões semelhantes nos estudos examinados sugere que as disparidades observadas não devem ser interpretadas como acontecimentos isolados ou específicos de determinadas organizações, mas como parte de processos mais amplos que atravessam o funcionamento do mercado de trabalho nas indústrias culturais.

A discussão dessas evidências exige considerar que a ampliação da participação feminina no setor de mídia e entretenimento não foi acompanhada,

necessariamente, por uma redistribuição equivalente do poder econômico e institucional. Os estudos revisados apontam que as mulheres continuam menos presentes nas funções associadas à direção, à produção, ao controle criativo e à tomada de decisão, ao mesmo tempo que enfrentam barreiras relacionadas à progressão profissional, à autonomia e à valorização econômica de seu trabalho. Esse contraste entre maior inserção feminina e permanência das desigualdades constitui um dos principais aspectos identificados na literatura.

À luz do referencial teórico desenvolvido no Capítulo 2, esses padrões podem ser interpretados a partir da atuação articulada de diferentes mecanismos estruturais. A divisão sexual do trabalho contribui para compreender a distribuição diferenciada e hierarquizada das ocupações entre homens e mulheres (HIRATA, 2002; KERGOAT, 2009; SAFFIOTI, 2013), enquanto a organização desigual das responsabilidades de cuidado condiciona a disponibilidade de tempo, a continuidade das carreiras e as possibilidades de mobilidade profissional (FOLBRE, 2001; BENERÍA, 2003; FEDERICI, 2004). Paralelamente, processos de discriminação, segmentação ocupacional e desigualdade no poder de barganha influenciam o acesso às oportunidades, à remuneração e aos espaços de decisão (PHELPS, 1972; ARROW, 1973; DOERINGER; PIORE, 1971; MANNING, 2003).

A perspectiva da interseccionalidade amplia essa interpretação ao indicar que tais mecanismos não afetam todas as mulheres de maneira uniforme. A articulação entre gênero, raça e classe produz experiências diferenciadas de inserção, permanência e progressão profissional, fazendo com que a intensidade e a forma das desigualdades variem conforme as posições ocupadas pelas trabalhadoras nas estruturas sociais (CRENSHAW, 1989; AKOTIRENE, 2019). Desse modo, a desigualdade de gênero não pode ser tratada como uma experiência homogênea, uma vez que diferentes marcadores sociais interferem nas condições de acesso às oportunidades e aos espaços de reconhecimento.

A articulação entre o referencial teórico e a literatura revisada permite compreender que as explicações apresentadas pelos estudos analisados convergem para uma interpretação segundo a qual as desigualdades de gênero observadas no setor de mídia e entretenimento não podem ser atribuídas exclusivamente a diferenças individuais de qualificação, produtividade ou escolhas profissionais. Em diferentes contextos, a literatura mobiliza fatores

econômicos, sociais e institucionais para explicar a distribuição desigual das oportunidades, do reconhecimento profissional e do acesso aos espaços de poder. Essa perspectiva amplia a compreensão do fenômeno ao evidenciar que as desigualdades são produzidas por mecanismos estruturais que atuam de forma articulada.

Os padrões identificados nos estudos sobre audiovisual, indústria musical e jornalismo são compatíveis com a perspectiva da Economia Feminista, segundo a qual os mercados de trabalho não constituem espaços neutros organizados exclusivamente por critérios de eficiência econômica ou produtividade individual. Conforme argumentam Elson (1999) e Benería (2003), as relações de trabalho são permeadas por normas sociais, relações de poder e processos históricos que influenciam a forma como oportunidades, recursos e reconhecimento são distribuídos entre diferentes grupos sociais. A literatura examinada contribui para essa compreensão ao indicar que a permanência das desigualdades não pode ser explicada apenas por atributos individuais das trabalhadoras.

As evidências reunidas na literatura também dialogam com as teorias econômicas do mercado de trabalho discutidas no Capítulo 2. Os mecanismos de discriminação (ARROW, 1973; PHELPS, 1972), segmentação ocupacional (DOERINGER; PIORE, 1971) e poder de barganha (MANNING, 2003) oferecem elementos para interpretar diferentes dimensões das desigualdades identificadas. Entretanto, essas abordagens apresentam maior alcance analítico quando articuladas às contribuições da Economia Feminista, que incorpora a divisão sexual do trabalho, a economia do cuidado e as relações de poder como elementos constitutivos do funcionamento do mercado de trabalho.

A interpretação integrada dessas categorias permite compreender que os mecanismos analisados não atuam de forma independente. A divisão sexual do trabalho influencia a distribuição de homens e mulheres entre ocupações e posições hierárquicas, enquanto a atribuição desigual das responsabilidades de cuidado pode afetar a disponibilidade de tempo, a continuidade das trajetórias profissionais e as possibilidades de mobilidade. Essas condições também podem repercutir nos processos de discriminação e segmentação, restringindo o acesso das mulheres às posições de maior prestígio e influência institucional e reduzindo suas alternativas de negociação.

Desse modo, as desigualdades podem produzir efeitos cumulativos ao longo das trajetórias profissionais. Barreiras inicialmente relacionadas à distribuição social das ocupações ou à organização das responsabilidades de cuidado podem influenciar processos posteriores de promoção, remuneração, reconhecimento e acesso às posições de liderança. Em setores caracterizados pela relevância das redes profissionais, pela concentração das decisões e pela instabilidade de determinadas formas de contratação, essas condições também podem repercutir sobre o poder de barganha e a autonomia das trabalhadoras.

Essa dinâmica contribui para compreender por que o crescimento da participação feminina nas indústrias culturais não foi suficiente para eliminar as desigualdades identificadas. Embora a literatura aponte avanços na inserção das mulheres nos diferentes segmentos, a manutenção de mecanismos estruturais continua influenciando suas possibilidades de permanência, progressão profissional, reconhecimento institucional e participação nos espaços de maior poder decisório. Assim, a ampliação do acesso ao mercado de trabalho não implica, por si só, igualdade nas condições de desenvolvimento das carreiras.

Outro aspecto relevante refere-se à recorrência dos padrões identificados em diferentes contextos institucionais e nacionais. A presença de desigualdades semelhantes em estudos internacionais, indicadores brasileiros e exemplos públicos discutidos na literatura sugere que o fenômeno não se limita ao contexto brasileiro ou a um único segmento das indústrias culturais. Embora as formas e as intensidades dessas desigualdades variem conforme as características históricas, organizacionais e institucionais de cada contexto, permanecem barreiras relacionadas ao acesso às posições de liderança, à autonomia, à remuneração e ao reconhecimento profissional.

Em conjunto, a literatura revisada permite compreender que as desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento são interpretadas pelos estudos analisados como fenômenos relacionados à interação entre mecanismos econômicos, sociais e institucionais que atuam de forma simultânea e interdependente. Mais do que identificar a existência dessas desigualdades, a articulação entre o referencial teórico e a literatura examinada possibilita compreender como sua persistência é explicada pela organização histórica, social e institucional do mercado de trabalho nas indústrias culturais.

4.2.CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS DA PESQUISA, LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

A presente pesquisa buscou compreender de que maneira mecanismos econômicos, sociais e institucionais contribuem para a produção e a reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento. Para examinar esse problema, foi desenvolvida uma abordagem que articulou as contribuições da Economia Feminista às principais teorias econômicas do mercado de trabalho, tomando como base uma revisão narrativa da literatura sobre diferentes segmentos das indústrias culturais. Esse percurso permitiu não apenas identificar a persistência das desigualdades discutidas nos estudos selecionados, mas também propor uma interpretação integrada, fundamentada na literatura revisada, acerca dos processos relacionados à sua continuidade.

Uma das principais contribuições deste estudo consiste na articulação entre perspectivas teóricas que frequentemente são examinadas de forma separada. Ao reunir as contribuições da Economia Feminista e das teorias econômicas do mercado de trabalho em um mesmo quadro analítico, a pesquisa indica que categorias como divisão sexual do trabalho, economia do cuidado, discriminação, segmentação ocupacional, poder de barganha e interseccionalidade não constituem necessariamente explicações concorrentes. Essas categorias podem ser compreendidas como dimensões complementares que auxiliam na interpretação das desigualdades de gênero e de sua relação com fatores econômicos, sociais e institucionais.

Essa articulação também permite reconhecer os limites de explicações centradas exclusivamente em qualificação, produtividade ou escolhas profissionais. As contribuições da Economia Feminista indicam que o mercado de trabalho não constitui um espaço neutro, pois seu funcionamento é influenciado por normas sociais, relações de poder e processos históricos que afetam a distribuição das oportunidades, dos recursos e do reconhecimento profissional. Nesse sentido, a aproximação entre as diferentes abordagens teóricas amplia as possibilidades de interpretação das desigualdades observadas na literatura, sem reduzir sua origem a atributos individuais das trabalhadoras (ELSON, 1999; BENERÍA, 2003).

Outra contribuição relevante refere-se à aplicação desse referencial ao setor de mídia e entretenimento. Embora esse setor ocupe posição importante na economia criativa e na produção de bens simbólicos, sua análise sob a perspectiva da Economia Feminista ainda apresenta espaço para aprofundamento na literatura econômica brasileira. Ao reunir estudos sobre o audiovisual, a indústria musical e o jornalismo, a pesquisa possibilitou reunir evidências da literatura que indicam padrões recorrentes relacionados à distribuição das oportunidades, ao acesso às posições de liderança, ao reconhecimento profissional e à valorização econômica do trabalho das mulheres.

A análise conjunta desses segmentos não teve como objetivo desconsiderar suas particularidades organizacionais, mas compreender como diferentes estudos discutem a presença de desigualdades de gênero nas indústrias culturais. A recorrência de determinados padrões na literatura revisada sugere que as barreiras enfrentadas pelas mulheres não se limitam a situações isoladas ou a uma única atividade profissional. Ao mesmo tempo, as diferentes formas pelas quais essas desigualdades se manifestam indicam a necessidade de considerar as características históricas, institucionais e organizacionais de cada contexto.

Do ponto de vista analítico, a pesquisa também contribui ao destacar a atuação interdependente dos mecanismos discutidos ao longo do trabalho. A divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual das responsabilidades de cuidado podem influenciar as condições de inserção, permanência e progressão profissional. Essas condições relacionam-se, por sua vez, aos processos de discriminação e segmentação ocupacional, que podem restringir o acesso às posições de maior prestígio e poder decisório. A redução das alternativas profissionais e das possibilidades de mobilidade também pode repercutir sobre a capacidade de negociação, a remuneração e o reconhecimento das trabalhadoras.

A perspectiva interseccional acrescenta outra dimensão a essa contribuição ao indicar que tais processos não afetam todas as mulheres da mesma maneira. As desigualdades de gênero articulam-se com outros marcadores sociais, especialmente raça e classe, produzindo experiências distintas de acesso às oportunidades e de progressão no mercado de trabalho. Dessa forma, a análise desenvolvida contribui para evitar a compreensão das mulheres como um grupo

homogêneo e reforça a necessidade de considerar as diferentes posições ocupadas nas estruturas sociais.

Em relação ao percurso metodológico, a revisão narrativa possibilitou reunir contribuições provenientes de pesquisas acadêmicas, relatórios institucionais, indicadores nacionais e internacionais e exemplos públicos discutidos na literatura. A utilização dessas fontes permitiu construir uma visão ampla do problema e estabelecer conexões entre as categorias teóricas e as discussões desenvolvidas em diferentes contextos. Essa escolha, entretanto, não deve ser compreendida como a construção de um modelo empírico próprio nem como uma comparação sistemática entre fontes, mas como uma estratégia de interpretação e síntese da produção selecionada.

Apesar de suas contribuições, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação de suas conclusões. A primeira está relacionada à própria natureza da revisão narrativa, que não possui a mesma pretensão de exaustividade, padronização dos procedimentos de seleção ou possibilidade de replicação associada às revisões sistemáticas. Desse modo, a literatura analisada representa um conjunto selecionado de contribuições relevantes para o problema de pesquisa, mas não corresponde necessariamente à totalidade da produção acadêmica disponível sobre gênero, mercado de trabalho e indústrias culturais.

Outra limitação decorre da heterogeneidade das fontes examinadas. Os estudos acadêmicos, os relatórios institucionais e os indicadores mobilizados foram elaborados a partir de objetivos, metodologias, períodos e recortes territoriais distintos. Embora essa diversidade tenha favorecido uma compreensão abrangente do tema, ela também limita a comparação direta entre as evidências apresentadas pelas diferentes fontes e exige cautela na formulação de generalizações sobre todo o setor de mídia e entretenimento.

A disponibilidade desigual de pesquisas sobre os segmentos analisados também constitui uma limitação. Parte significativa da literatura identificada concentra-se em determinados países, especialmente em contextos internacionais, enquanto a produção econômica brasileira dedicada especificamente às desigualdades de gênero no audiovisual, na indústria musical e no jornalismo ainda se mostra mais restrita. Por esse motivo, as evidências discutidas não devem ser automaticamente generalizadas para todas as organizações, ocupações ou realidades regionais brasileiras.

O estudo também não realizou coleta de dados primários nem análises estatísticas próprias. Assim, suas conclusões estão condicionadas ao alcance, à qualidade e aos recortes das fontes selecionadas. Os exemplos públicos utilizados ao longo do trabalho possuem função ilustrativa e analítica, contribuindo para contextualizar questões discutidas na literatura, mas não constituem uma amostra representativa das experiências profissionais das mulheres no setor.

Essas limitações abrem possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras. Novos estudos poderão aprofundar a análise das desigualdades de gênero em cada segmento das indústrias culturais, considerando separadamente suas estruturas de contratação, formas de remuneração, trajetórias profissionais e mecanismos de acesso às posições de liderança. Pesquisas empíricas voltadas ao contexto brasileiro também poderão ampliar a disponibilidade de informações sobre diferenças salariais, distribuição ocupacional, progressão de carreira e participação feminina nos espaços de decisão.

Outras investigações poderão combinar abordagens quantitativas e qualitativas, utilizando bases de dados, entrevistas, estudos de caso e análises organizacionais. Essa combinação permitiria examinar não apenas a distribuição das mulheres entre ocupações e níveis hierárquicos, mas também suas experiências de negociação, reconhecimento, discriminação e conciliação entre trabalho remunerado e responsabilidades de cuidado.

A perspectiva interseccional também poderá ser aprofundada por estudos que investiguem de forma mais específica as desigualdades vivenciadas por mulheres negras, mulheres de diferentes classes sociais e trabalhadoras inseridas em vínculos profissionais mais instáveis. Além disso, pesquisas futuras poderão analisar como transformações tecnológicas, novas plataformas digitais e alterações nas formas de contratação afetam a distribuição das oportunidades e do poder nas indústrias culturais.

Assim, a principal contribuição desta pesquisa consiste em oferecer uma interpretação integrada, fundamentada na literatura revisada, acerca das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento. A articulação entre a Economia Feminista, as teorias econômicas do mercado de trabalho e os estudos examinados permite compreender essas desigualdades como processos relacionados à interação entre mecanismos econômicos, sociais e institucionais que se reforçam ao longo das trajetórias profissionais. Ao mesmo tempo, as

limitações identificadas indicam que essa interpretação não encerra o debate, mas oferece uma base analítica para o aprofundamento de novas pesquisas sobre gênero, mercado de trabalho e indústrias culturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar de que forma mecanismos econômicos, sociais e institucionais contribuem para a produção e a reprodução das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento. Para isso, foram articuladas as contribuições da Economia Feminista e das teorias econômicas do mercado de trabalho à literatura revisada sobre os segmentos audiovisual, musical e jornalístico.

A análise da literatura permitiu identificar padrões recorrentes de sub-representação feminina em posições de liderança e tomada de decisão, diferenças de remuneração, concentração ocupacional em determinadas funções e barreiras ao reconhecimento e à progressão profissional. A recorrência desses padrões nos estudos examinados sugere que as desigualdades observadas não correspondem apenas a situações isoladas ou a particularidades de determinadas organizações, mas estão relacionadas a processos mais amplos que atravessam o funcionamento do mercado de trabalho nas indústrias culturais.

A articulação entre o referencial teórico e a literatura revisada permite compreender que essas desigualdades não podem ser atribuídas exclusivamente a diferenças individuais de qualificação, produtividade ou escolhas ocupacionais. Os estudos analisados indicam que a distribuição das oportunidades, dos recursos e dos espaços de poder é influenciada pela interação entre divisão sexual do trabalho, responsabilidades de cuidado, processos de discriminação, segmentação ocupacional, diferenças no poder de barganha e outras relações sociais presentes na organização do mercado de trabalho.

A divisão sexual do trabalho contribui para compreender a concentração de homens e mulheres em funções distintas e a valorização desigual das ocupações. A distribuição das responsabilidades de cuidado, por sua vez, pode influenciar a disponibilidade de tempo, a continuidade das carreiras e o acesso a oportunidades estratégicas. Esses processos relacionam-se a práticas discriminatórias e a estruturas ocupacionais segmentadas, que podem restringir a mobilidade profissional e produzir condições desiguais de negociação, remuneração e reconhecimento.

A perspectiva interseccional também permite compreender que esses mecanismos não afetam todas as mulheres da mesma maneira. A articulação entre gênero, raça, classe e outros marcadores sociais produz experiências distintas de inserção, permanência e ascensão profissional, indicando que as desigualdades analisadas assumem intensidades e configurações diferentes conforme as posições ocupadas nas estruturas sociais.

Dessa forma, a análise desenvolvida indica que a compreensão das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento exige deslocar o foco de explicações centradas exclusivamente nos indivíduos para a consideração das estruturas sociais, econômicas e institucionais que organizam o mercado de trabalho. A ampliação da participação feminina, embora represente um avanço relevante, não garante, por si só, uma redistribuição equivalente das oportunidades, do reconhecimento profissional e do poder institucional.

A literatura revisada também permite compreender que a persistência dessas desigualdades está relacionada à atuação simultânea e interdependente de diferentes mecanismos. A divisão sexual do trabalho e a organização desigual das responsabilidades de cuidado influenciam as condições de inserção e continuidade das trajetórias profissionais; os processos de discriminação e segmentação podem restringir o acesso às posições de maior prestígio; e a redução das alternativas profissionais pode repercutir sobre o poder de barganha, a remuneração e o reconhecimento das trabalhadoras.

Nesse sentido, a literatura examinada sugere que o enfrentamento das desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento depende não apenas da ampliação do acesso das mulheres, mas também da revisão das práticas organizacionais, dos critérios de valorização profissional, das condições de negociação e da distribuição das responsabilidades de cuidado. Essas transformações envolvem mudanças que ultrapassam ações individuais e exigem a consideração das estruturas institucionais e sociais que organizam as relações de trabalho.

Ao reunir e interpretar a literatura sobre diferentes segmentos das indústrias culturais a partir da Economia Feminista e das teorias econômicas do mercado de trabalho, esta pesquisa contribui para ampliar a compreensão dos mecanismos relacionados à permanência das desigualdades de gênero. Sua principal contribuição consiste em oferecer uma interpretação integrada, fundamentada na

literatura revisada, destacando que fatores econômicos, sociais e institucionais atuam de forma articulada nas trajetórias profissionais das mulheres.

As limitações próprias da revisão narrativa, a heterogeneidade das fontes examinadas e a disponibilidade ainda restrita de estudos voltados especificamente ao contexto brasileiro indicam a necessidade de continuidade das investigações sobre o tema. Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise de cada segmento, ampliar a produção de dados nacionais e examinar, por meio de abordagens quantitativas e qualitativas, as experiências de inserção, progressão, negociação e reconhecimento profissional das mulheres nas indústrias culturais.

Assim, esta pesquisa não encerra o debate sobre as desigualdades de gênero no setor de mídia e entretenimento, mas oferece elementos para seu aprofundamento. A articulação entre a Economia Feminista, as teorias econômicas do mercado de trabalho e a literatura revisada contribui para compreender que a construção de relações profissionais mais equitativas depende tanto da ampliação da participação feminina quanto da transformação dos mecanismos econômicos, sociais e institucionais que condicionam o acesso às oportunidades, aos recursos e aos espaços de poder.

6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. *Gender & Society*, Thousand Oaks, v. 4, n. 2, p. 139-158, 1990.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARROW, Kenneth J. The theory of discrimination. In: ASHENFELTER, Orley; REES, Albert (org.). *Discrimination in labor markets*. Princeton: Princeton University Press, 1973. p. 3-33.

BECKER, Gary S. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: Columbia University Press, 1964.

BENERÍA, Lourdes. *Gender, development, and globalization: economics as if all people mattered*. New York: Routledge, 2003.

BLAU, Francine D.; KAHN, Lawrence M. The gender wage gap: extent, trends, and explanations. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 55, n. 3, p. 789-865, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jel.20160995>. Acesso em: 08 jul. 2026.

CONOR, Bridget. *Gender & creativity: progress on the precipice: special edition*. Paris: UNESCO, 2021. (2005 Convention Global Report Series). Disponível em: <https://www.unesco.org/creativity/sites/default/files/medias/fichiers/2023/01/375706eng.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 09 jul. 2026.

DOERINGER, Peter B.; PIORE, Michael J. *Internal labor markets and manpower analysis*. Lexington, MA: D. C. Heath, 1971. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781003069720/internal-labor-markets-manpower-analysis-peter-doeringer-michael-piore>. Acesso em: 08 jul. 2026.

ELSON, Diane. Labor markets as gendered institutions: equality, efficiency and empowerment issues. *World Development*, Amsterdam, v. 27, n. 3, p. 611-627, 1999. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/wdevel/v27y1999i3p611-627.html>. Acesso em: 08 jul. 2026.

ENGLAND, Paula. Gender inequality in labor markets: the role of motherhood and segregation. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 12, n. 2, p. 264-288, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sp/jxi014>. Acesso em: 08 jul. 2026.

FEDERICI, Silvia. *Caliban and the witch: women, the body and primitive accumulation*. New York: Autonomedia, 2004.

FOLBRE, Nancy. *The invisible heart: economics and family values*. New York: The New Press, 2001.

FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis*. London: Verso, 2013.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILL, Rosalind. *Gender and the media*. Cambridge: Polity Press, 2007.

HARDING, Sandra. *Whose science? Whose knowledge?: thinking from women's lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. *Capital & Class*, London, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030981687900800102>. Acesso em: 09 jul. 2026.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho). Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/nova-divisao-sexual-do-trabalho-152732>. Acesso em: 08 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>. Acesso em: 08 jul. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, DF: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Care work and care jobs for the future of decent work*. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/major-publications/care-work-and-care-jobs-future-decent-work>. Acesso em: 08 jul. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Women in business and management: the business case for change*. Geneva: ILO, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/women-business-and-management-business-case-change>. Acesso em: 08 jul. 2026.

INTERNATIONAL WOMEN'S MEDIA FOUNDATION (IWMF). *Global report on the status of women in the news media*. Washington, DC: IWMF, 2011. Disponível em: <https://www.iwmf.org/resources/global-report-on-the-status-of-women-in-the-news-media/>. Acesso em: 08 jul. 2026.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

MANNING, Alan. *Monopsony in motion: imperfect competition in labor markets*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PHELPS, Edmund S. The statistical theory of racism and sexism. *The American Economic Review*, Nashville, v. 62, n. 4, p. 659-661, 1972. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1806107>. Acesso em: 09 jul. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SMITH, Stacy L. et al. *Inclusion in the recording studio? Gender and race/ethnicity of artists, songwriters & producers across 700 popular songs from 2012 to 2018*. Los Angeles: USC Annenberg Inclusion Initiative, 2019. Disponível em: <https://assets.uscannenberg.org/docs/aai-inclusion-recording-studio-2019.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2026.

SMITH, Stacy L.; CHOUETI, Marc; CHOI, Annie; PIEPER, Katherine. *Inclusion in the director's chair? Gender, race & age of directors across 1,200 top films from 2007 to 2018*. Los Angeles: USC Annenberg Inclusion Initiative, 2019. Disponível em: <https://assets.uscannenberg.org/docs/inclusion-in-the-directors-chair-2019.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2026.

SMITH, Stacy L. et al. *Inclusion in the recording studio? Gender and race/ethnicity of artists, songwriters & producers across 1,000 popular songs from 2012 to 2021*. Los Angeles: USC Annenberg Inclusion Initiative, 2022. Disponível em: <https://assets.uscannenberg.org/docs/aai-inclusion-recording-studio-20220331.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Re|Shaping policies for creativity: addressing culture as a global public good*. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?ark=/48223/pf0000380474>. Acesso em: 08 jul. 2026.

WARING, Marilyn. *If women counted: a new feminist economics*. San Francisco: Harper & Row, 1988.